



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ANDRESSA SARMENTO DA SILVA

ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO ACAUÃ – APARECIDA –
PB

CAJAZEIRAS – PB
2017

ANDRESSA SARMENTO DA SILVA

**ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO ACAUÃ – APARECIDA –
PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de geografia do Centro de Formação de Professores de Cajazeiras – PB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

Linha de pesquisa: Geografia Humana

**CAJAZEIRAS – PB
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

S586e Silva, Andressa Sarmiento da.
Estratégias de produção e comercialização agroecológicas no Assentamento Acauã - Aparecida-PB / Andressa Sarmiento da Silva. - Cajazeiras, 2017.
110f.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2017.

1. Assentamento rural. 2. Campesinato. 3. Agroecologia. 4. Alimentos agroecológicos - comercialização. I. Lorenzo, Iveralda Dantas Nóbrega Di. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 911.373

ANDRESSA SARMENTO DA SILVA

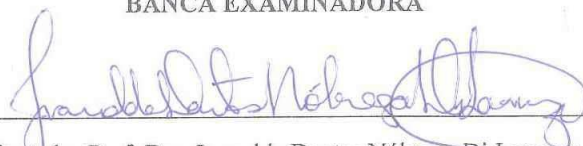
**ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO ACAUÃ,
APARECIDA - PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de geografia do Centro de Formação de Professores de Cajazeiras – PB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

Monografia aprovada em: 18/09 /2017

BANCA EXAMINADORA



Orientador Prof. Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo
Curso de Geografia/Centro de Formação de Professores/UFCCG



Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves
Curso de Geografia/Centro de Formação de Professores/UFCCG



Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Curso de Geografia/Centro de Formação de Professores/UFCCG

AMADO DEUS, por tantas vezes eu te pedi muitas coisas, mas desta vez quero somente te agradecer, pois sempre foste meu guia protetor. Agradecendo-me com minha Mãe e companheira que sempre do meu lado por meio de ti, em palavras me dava forças. Ao meu pai amado (*in memoriam*), que em saudades nos deixou e sempre pediu a ti Deus os teus cuidados comigo e se orgulharia ao ver essa imensa conquista, e sempre incentivava em vida e tanto me inspirou. Os amigos e minha tutora acadêmica pela imensa atenção e carinho.

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Obrigado Deus, pelo Seu maravilhoso amor por mim (Salmo 107:15), a certeza do teu existir é o que me dar forças, cuidadosamente formaste todo o meu ser Senhor. Iniciarei tudo em minha vida primeiramente por ti, e sempre pedirei que abençoes todas as outras coisas que me foi e será acrescida pela tua misericórdia. E pensando assim quero dirigir minha gratidão todas essas dádivas:

À minha amada mãe: Aldenir Sarmiento da Silva, és meu exemplo e orgulho, aquilo que pude ser hoje ou pretenderei ser no futuro devo a ti mãezinha, mesmo que algum dia eu tentasse retribuir o que você me fez, tenho certeza que nunca conseguirei por que muito fizeste, foste tudo para mim e nunca me cobrasse nada, me amou com todo o seu ser e mesmo assim nunca me cobrasse nada em troca, investisse tudo em mim sem esperar uma rentabilidade devolvida. Tiveste confiança em mim, mesmo quando todos os outros perderam. Minha guerreira, meu orgulho.

Ao meu pai: Francisco Cornélio da Silva (*in memoriam*), lembro de teus cuidados quando estava doente, e teus cuidados era o remédio que me fazia dormir em segurança. Hoje, sei que estás orgulhoso de mim, e continua a cuidar de mim, saudades pode doer muito, mais sempre é ela que me aproxima do senhor Pai, não tenho o teu abraço para me aquecer, mais tenho, cada vez mais quente, a saudade dele.

À minha vovó: Maria Leite Sarmiento, tua resistência é nosso orgulho, minha raiz amiga que segurou minha mão quando criança e trilhou toda a vida conosco, em que puxou orelhas quando precisava, mais nunca negou sua ternura quando preciso, foi compreensiva e ajudou construir toda nossa história com uma vida exemplar. Te amo minha vizinha, sou sua semente que veio de seu fruto e criaria raízes fortes como as suas.

Aos meus tios e tias: Vocês foram e são especiais em minha vida, sempre estiveram prontos a me ajudar, nunca negaram afeto e carinho quando precisei e também conselhos quando necessário, foram meus tutores e fiscais para meu bem. Amo vocês todos...

À minha Professora Orientadora: Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, uma guerreira, um exemplo incrível de Professora, sua vida é o mapa para uma carreira brilhante, sua preocupação pela excelência foi sempre o empurrão para o melhor de mim, surgir, sentir sua força, sempre foi à carga a mais que precisei nessa caminhada acadêmica.

Aos camponeses: Mesmo com uma variedade numerosa de pessoas que corroboraram neste trabalho de pesquisa, foram eles “camponeses do Assentamento Acauã” que com humildade e simplicidade e me receberam de braços abertos nos seus lares, e compartilharam comigo todo o seu cotidiano de vida e do trabalho honroso que exercem no cultivos de seus produtos, e com grande alegria expresso a todos o meu obrigado, e gostaria de expressar em particular a alguns aqui citados: Socorro Gouveia, que sendo a coordenadora do assentamento, se demonstrou atenciosa e cedeu todo o acervo pessoal para nossas pesquisas, aos vendedores agroecológicos da feira de Aparecida-PB, Mércia América de Sousa, Eliesér de Sousa Barbosa, Francisco de Assis Lucio, Genival Lopes dos Santos, Laisa Francisca de Lima, Francisca de Sousa, Geraldo Freire, Ismael Fernando Lucio entre outros. Que com grande alegria me receberam na feira agroecológica, sem a ajuda de todo esse estudo não seria possível. Obrigado a todos!

Aos meus amigos (as) acadêmicos: Destacaria Martha Rejane, minha amiga paciente nos momentos de aflições acadêmicas e pessoais, na qual sempre me ajudou e aconselhou sabiamente visando meu bem, com muita alegria em seu ser, em que já superamos muitos obstáculos juntas, rimos e choramos em determinadas situações mais sempre fortes e unidas, Jucier Ricarte que sempre com uma visão positiva e animadora nos momentos de estudos, com uma boa perspectiva para si e seus amigos, encorajando nessa luta corriqueira acadêmica, no qual parceiro de trabalhos apresentados em congressos e sempre que pode compartilha seu conhecimento, Genilson Silva pelos conselhos e incentivos e no qual tenho grande estima, Eliziane Alencar minha amiga que pude conhecer durante o curso e se tornou muito especial, sempre com um sorriso no rosto e uma gargalhada que contagia a todos e na qual pude contar durante essa caminhada, Marcio Almeida que me ajudou nos estudos e alguns ensinamentos acadêmicos, e bastante prestativo sempre que precisamos, em que já me ouviu bastante, Elio Parnaíba que mesmo devagarzinho, tímido inicialmente construímos uma boa amizade no qual já passamos momentos bons e de superação durante o decorrer do curso, já me dissestes palavras de auxílio e encorajadoras, e sempre divertido nos momentos de descontração e risos, a Rose Souza na qual é uma mulher de garra e que me surpreendeu

positivamente em pessoa e como amiga e a todos que nessa caminhada acadêmica formou minha história e tonaram-se inesquecíveis em minha vida adoro todos.

Às minhas amigas de infância e as que eu tive o prazer de conhecer nessa minha trajetória: Vocês foram parte fundamental na minha história, passaram comigo tantas coisas, compartilharam lágrimas e sorrisos, foram pacientes quando lamentei ou briguei, quando sorrir vocês construíram esses sorrisos, souberam ouvir quando preciso e já me deram a mão quando necessário, e muitas vezes minhas dores eram as suas, obrigada por fazer parte de meu caminhar e me incentivar no qual foi de grande acréscimo, Cláudia Tomaz, Millena Amorim, Luana Helena, Kivia Fernandes, Mayra Vieira, Karen Cysneiros vocês são minha trilogia de vida. Adoro vocês. an

Ao meu amigo Marcos Antônio dos Santos Soares: Ele surgiu do nada e do nada fez muitas coisas para marcar minha história, já me ouviu muito, como minhas aflições e desânimos, me incentivou várias vezes e sempre pautando na minha potencialidade e no que posso construir ainda, me apoiando sempre que pode. Possui também uma forma de me tirar um riso fácil e sincero, obrigado por tudo.

À Banca Examinadora representada por: Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves, pelo Prof. Dr. Josias de Castro Galvão, os quais estão compartilhando comigo este inesquecível momento de conhecimento que por mim foi muito esperado, e a todos estes profissionais seja indiretamente ou diretamente neste dia que de alguma maneira lhe foi incumbido à responsabilidade de nos examinar e nos passar algum conhecimento.

A **Geografia da Saudade** está para além da mera distância. Ela comporta a fatídica distribuição dos momentos em espaços que parecem não estar sujeitos ao tempo.

André de Moraes

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar a comercialização de alimentos agroecológicos sem a utilização de agrotóxicos no Assentamento de Acauã, no município de Aparecida localizado na região Oeste da Paraíba, em uma abordagem teórico-metodológica vamos explicar o surgimento do assentamento e comercialização agroecológica de forma qualitativa e quantitativa por meio da pesquisa de campo trazendo informações coletadas através de entrevista e questionário, construir tabelas expositivas de dados e gráficos comparativos. Essa agricultura de base expande-se nacionalmente nas últimas décadas visando uma qualidade de vida para a humanidade. E esses produtos cultivados por meio da agroecologia, surgem na maior parte da agricultura camponesa em assentamentos como forma de subsistência dos mesmos, que além da expropriação histórica da terra encontram dificuldades na comercialização desses produtos, pela escassez de água, assistência técnica e também por parte do descaso das autoridades públicas entre outros. Mesmo com esses desafios para serem superados a base agroecológica apresenta a possibilidade de expansão na cidade de Aparecida, visto que é realizada a feira livre, como também a feira agroecológica do município, a segunda feira citada possui uma variedade de hortaliças e frutas sem o uso de agrotóxicos além de uma variedade de bolos, doces, tapiocas entre outros de base natural em bancas na cidade, mesmo sendo paralisada no final de 2012, houve seu retorno no ano de 2016, atraindo novos compradores e incentivando como uma boa iniciativa para os antigos compradores com um produto agrícola melhorado. A busca por esses produtos acontece pelos distritos do município, que a procura desses alimentos comercializados com alta qualidade nutritiva e comercial visa ser abrangente em outras cidades, já na feira livre os agricultores do assentamento anteriormente citados, também participaram dessa expansão comercial e algumas vezes se instalaram nas cidades de São Francisco, São José de Lagoa Tapada, Sousa e Cajazeiras. Na cidade de Aparecida essa feira livre era realizada aos domingos quando os camponeses ficavam em bancas improvisadas por eles mesmos, e o plantio desses produtos era realizado no assentamento Acauã e por comerciantes de outras cidades. Portanto mesmo com as dificuldades encontradas esses camponeses resistem as adversidades e criam meios de comercialização e subsistência, por meio da agroecologia, utilizando do manejo adequado e consciente da terra.

Palavras-Chave: Comercialização. Assentamento rural. Campesinato. Resistência. Agroecologia.

ABSTRACT

The present monographic work has the objective to analyze the commercialization of agroecological foods without the use of pesticides in the settlement of Acauã, in Aparecida municipality located in the West region of Paraíba, in a theoretical-methodological approach we will explain the emergence of agroecological settlement and commercialization of qualitative and quantitative form through the field research bringing information collected through interview and questionnaire, constructing data tables and comparative charts. This basic agriculture has expanded nationally in recent decades aiming at a quality of life for humanity. And these products cultivated through agroecology, arise mostly from peasant agriculture in settlements as a way of subsistence of the same, that besides the historical expropriation of the land they find difficulties in the commercialization of these products, by the scarcity of water, technical assistance and also by part the neglect of public authorities and others. Even with these challenges to overcome the agroecological base presents the possibility of expansion in the city of Aparecida, since the fair is held, as well as the agroecological fair of the municipality, the second quoted has a variety of vegetables and fruits without the use of pesticides in addition to a variety of cakes, sweets, tapiocas among others of natural base in benches in the city, even being paralyzed at the end of 2012, there was its return in the year 2016, attracting new buyers and encouraging as a good initiative for the old buyers with an improved agricultural product. The search for these products is carried out by the districts of the municipality, where the demand for these foods commercialized with high nutritional and commercial quality aims to be comprehensive in other cities, already in the fair the farmers of the settlement previously mentioned, also participated in this commercial expansion and sometimes installed in the cities of São Francisco, São José de Lagoa Tapada, Sousa and Cajazeiras. In the city of Aparecida, this free market was held on Sundays when the peasants stayed on makeshift stands, and the planting of these products was carried out in the Acauã settlement and by merchants from other cities. So even with the difficulties encountered these peasants resist adversities and create means of commercialization and subsistence, through agroecology, using the proper and conscious management of the land.

Keywords: Marketing. Rural settlement. Peasantry Resistance. Agroecology.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACR	Ação Católica <i>Rural</i>
ANAP	Associação Nacional de Agricultores Pequenos de Cuba
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASA	Articulação do Semiárido
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CPT	Comissão Pastoral da Terra no Sertão da Paraíba
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CD	Compact Disc
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CENTRU	<i>Centro</i> de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CNBB	Conferência Nacional Dos Bispos do Brasil
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DVD	Digital Vídeo Disc
ECOFORTE	Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMEPA	Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária
FBB	Fundação Banco do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFBDS	Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NAESP	Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano
NEDET	Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial
ONGs	Organizações Não-Governamentais

PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
Pe.	Padre
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROCERA	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONA	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
RESAB	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINFUNC	Sindicato dos Funcionários de Cajazeiras
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba
SIMTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de entrevista realizada na feira agroecológica de Aparecida – PB.	104
APÊNDICE B – Modelo de questionário realizada na feira agroecológica.....	105

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – AUTO DE EMISSÃO DE POSSE.....	108
ANEXO B – EXTRATO DO ESTATUTO.....	109
ANEXO C – JORNAL A UNIÃO – PRISÕES DE ALEMÃS.....	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Características socioeconômicas dos agricultores.....	69
--	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Ocupação do Assentamento Acauã.....	50
Foto 2. Prisão das Alemãs no Assentamento Acauã.....	51
Foto 3. Babosa – Planta medicinal cultivada no Assentamento Acauã.....	56
Foto 4. Cultivo de boldo, canela, erva cidreira, hortelã, malva no Assentamento Acauã.....	57
Foto 5. Feira Livre em Aparecida – PB.....	59
Foto 6. Feira Livre em Aparecida – PB.....	60
Foto 7. Barraca de seu Geraldo.....	60
Foto 8. Barraca de dona Maria.....	61
Foto 9. Barraca de dona Francisca.....	62
Foto 10. Feira Livre de Aparecida – PB.....	63
Foto 11. Feira Livre de Aparecida – PB.....	63
Foto 12. Abertura da Feira Agroecológica de Aparecida – PB.....	65
Foto 13. Abertura da Feira Agroecológica de Aparecida – PB.....	66
Foto 14. Vendedora da Feira Agroecológica de Aparecida.....	66
Foto 15. Feira agroecológica: Saúde na mesa.....	66
Foto 16. Feira agroecológica: Saúde na mesa.....	67
Foto 17. Reuniões do Assentamento Acauã.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Características de Comercialização da Feira Agroecológica.....	70
GRÁFICO 02 – Dificuldades apontadas pelos agricultores da feira agroecológica.....	71
GRÁFICO 03 – Benefícios da venda dos produtos comercializados na feira agroecológica na visão dos produtores.....	71
GRÁFICO 04 – Sugestão de melhoria da feira agroecológica.....	72
GRÁFICO 05 – Características de aperfeiçoamento técnico e renda dos agricultores.....	74

LISTA DE MAPA

Mapa 1 – Mapa de Localização do Assentamento Acauã.....	49
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Características de comercialização dos produtos agroecológicos.....	68
---	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 O CAMPESINATO BRASILEIRO E SUAS HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS	22
1.1 ORIGEM DO CAMPESINATO BRASILEIRO.....	22
1.2 O CAMPESINATO FRENTE AOS DISTINTOS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO.....	29
1.3 CAMPONESES NO BRASIL: das distintas nomenclaturas às realidades dos sujeitos do campo.....	33
2 A RESISTÊNCIA CAMPONESA E SUAS LUTAS POR TERRITÓRIO E PELA PERMANÊNCIA NA TERRA, NO ESTADO DA PARAÍBA	38
2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NAS LUTAS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS E SUAS DIFICULDADES ATÉ OS DIAS ATUAIS NO ESTADO DA PARAÍBA.....	38
2.2 LUTA PELA TERRA NA MESORREGIÃO DO SERTÃO PARAIBANO: a territorialização do Assentamento Acauã.....	44
2.3 O ASSENTAMENTO ACAUÃ: histórias de lutas em sua conquista e permanência na terra de morada e de trabalho.....	47
3 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NO ASSENTAMENTO ACAUÃ, APARECIDA – PB E O DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS NO CAMPO	54
3.1 A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA CULTURAL CAMPONESA.....	54
3.2 A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA.....	57
3.3 A FEIRA AGROECOLÓGICA NA CIDADE DE APARECIDA.....	64
4 ENTIDADES PARCEIRAS DO CAMPESINATO NO ASSENTAMENTO ACAUÃ	77
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO BRASILEIRO: a assistência técnica e creditícia.....	77
4.2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E AS AÇÕES DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR.....	81
4.3 LIMITES E DESAFIOS A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO ACAUÃ.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES	103
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

Apresenta-se os resultados do trabalho monográfico resultante da pesquisa intitulada “Estratégias de produção e comercialização agroecológicas no Assentamento Acauã – Aparecida, Paraíba”, situado na Região Geográfica Intermediária de Cajazeiras – Sousa, realizada no período de janeiro a julho de 2017, a fim de demonstrar a importância dessa produção e seu processo de construção a partir da resistência camponesa para o Assentamento Acauã, para a cidade de Aparecida e o seu entorno.

Para tal análise utilizou-se a pesquisa bibliográfica, de campo e documental, esta última obtida principalmente nos arquivos e acervos históricos da Secretaria de Desenvolvimento do município de Aparecida – PB, na Associação do Assentamento Acauã, além de literaturas que tratam especificamente dessa região, cartografias e dados coletados por sítios eletrônicos e os relatos dos camponeses e outros que residem na cidade de Aparecida – PB.

A entrevista foi realizada com a Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Sertão, Socorro Gouveia, e com mais 06 (seis) agricultores envolvidos com o projeto da feira agroecológica. Nos utilizamos de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A) e questionário (APÊNDICE B). Além destes, também foram feitas anotações em cadernetas de campo, também foi concedido o acesso às atas de reuniões realizadas no âmbito da cidade e no Assentamento.

Todas as informações obtidas foram tratadas na obtenção de tabelas, gráficos e imagens para que fosse possível ter uma perspectiva real sobre o objeto de estudo e, o tratamento desses resultados se deu mediante o uso de softwares como Microsoft Excel para a criação dos gráficos e planilhas dos dados.

Apesar da seca ser uma grande problemática que assola essa região, os camponeses permanecem na sua luta, viabilizando meios para sua subsistência e com o excedente da produção dos alimentos são comercializados nas feiras.

O objetivo geral desse estudo é investigar quais as estratégias de produção e comercialização dos camponeses do Assentamento Acauã para permanecerem na terra conquistada, considerando o processo de transição agroecológica. Para a compreensão desse, também se destaca os objetivos específicos: a - discutir o processo de origem do campesinato brasileiro; b- Identificar as formas de resistência camponesa e as lutas por território no Estado da Paraíba e, no município de Aparecida; c- investigar as estratégias de resistência no

Assentamento Acauã, a partir da produção e comercialização; e, d- refletir sobre o apoio das entidades parceiras e das políticas públicas ao campesinato no Assentamento.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro discute o processo de origem do campesinato brasileiro; o segundo trata das formas de resistência especificamente no Estado da Paraíba e no município de Aparecida; o terceiro, expõe as estratégias de resistência no Assentamento Acauã, a partir da produção e comercialização; e, o quarto, uma reflexão sobre o apoio das entidades parceiras e das políticas públicas ao campesinato no Assentamento.

1 O CAMPESINATO BRASILEIRO E SUAS HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS

O campesinato surge a partir do entendimento inicial das atividades agrícolas no mundo e, conseqüentemente semeado nos diversos países estabelecidos pela relação tempo/espaço.

A existência do campesinato no Brasil e sua origem no país são questões abordadas por pesquisadores de variadas correntes teóricas. E assim fez-se por muito tempo dividindo pesquisadores e estudiosos, visto que a o termo camponês, por vezes em desuso, adéqua-se mais às épocas feudais. Segundo Caio Prado Jr (1996), que afirma que partindo de uma análise ortodoxa marxista, não há (nem houve) camponês no Brasil, baseando-se numa visão europeia segundo a qual, só existiria sistema camponês a partir da transformação do sistema feudal da serventia.

Se teria passado diretamente da escravatura para o assalariamento dos trabalhadores rurais, o autor agrupa o termo ‘pequena lavoura’ referindo-se às suas atividades e os mesmos teriam historicamente se integrado ao sistema capitalista sob uma forma dependente. Ou seja, ele admite que exista um campesinato não assalariado, mais ou menos subordinado ao mercado e dos grandes proprietários. A expressão ‘camponês’ foi criada na década de 1950, no Brasil e sua gênese política está relacionada às exigências da esquerda latino-americana em volta dos ‘campeiros’ (MARTINS, 1981).

Nisto, o termo campesinato empregado no Brasil condiz a uma classe política e não a classe do modelo camponês que teorizam Wolf e Mendras. Esse termo camponês foi excluído do vocabulário oficial depois da repressão militar de 1964, opressora da experiência das primeiras organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais autônomos: as Ligas Camponesas, as quais tem sua representação inicial no Estado de Pernambuco e, aqui na Paraíba é lembrada principalmente, pela figura de João Pedro Teixeira, assassinado pelo Grupo da Várzea Paraibana, um grupo de oligarcas latifundiários da região da Várzea Paraibana, na antiga mesorregião da Mata Paraibana, atual Região Geográfica Intermediária de João Pessoa.

1.1 ORIGEM DO CAMPESINATO BRASILEIRO

Aos acontecimentos que foram recordados previamente, no início deste capítulo, podemos sustentar a existência camponesa no território brasileiro, não apenas em uma categoria histórica-científica, mas política, social e sociológica.

O objeto de discussão teórico sobre as formas de resistência do campesinato suscita a necessidade de mergulhar no estudo concernente às questões agrárias do Brasil e, durante todo o processo histórico, o intuito é levar ao leitor que para se ter o direito à terra no Brasil, este não foi de forma pacífica, pois as questões ligadas ao espaço agrário, até os dias atuais tem sido motivos de muitos conflitos, o que pode ser comprovado pela forte desigualdade social no país, especialmente vista no campo pela concentração fundiária da terra com poucos com acesso a muita terra e muitos, com acesso a pouca terra.

A compreensão de camponês traz consigo a ideia de resistência ao poder instituído, à opressão, às políticas globalizantes, seja direta ou indiretamente é responsável pela mudança do espaço agrário e, por sua vez é responsável pela maior parte da produção que existe no campo. Igualmente, à privação de sua liberdade, especialmente pelo direito a continuar a realizar o seu jeito próprio e peculiar de produzir, cultivar à terra, criar animais, todas essas ações, com o trabalho de base familiar, sua essência, conforme afirma Oliveira (1985).

Resumidamente, o campesinato não estaria relacionado exclusivamente, às atividades agrícolas, mas sim, em volta de uma tríade agrupada e relacionada entre si que seria: família, terra e trabalho.

Wanderley (1996, p. 3), ao discutir sobre as raízes históricas do campesinato compreende o campesinato tradicional como “uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família”. Com tal característica, no Brasil o campesinato pode ser estabelecido como o registro das lutas para se ter um espaço próprio na economia, no meio social. Em primeiro momento, ao estudo da origem do campesinato e, fazendo parte de uma discussão pertinente a respeito desse seguimento é de extrema importância ressaltar que o grande legado dos clássicos é possibilitar a existência de inúmeros conceitos teóricos, respaldados na visão de mundo de cada pesquisador.

O entendimento de camponês não está associado unicamente por ocupações agrárias, mas ao grupo de características, pela condição de vida, o relacionamento com a terra-trabalho, a relevância da família, ao meio de se auto sustentar, nisso comportando a tríplice ideia terra-trabalho-renda, como meio de provisão e reprodução familiar do campesinato.

No Brasil, o campesinato é originado em meio de uma sociedade localizada no âmbito do capitalismo e, à beira do latifúndio escravista, daí se falar na brecha camponesa como um dos primeiros espaços de presença do campesinato nas áreas circunscritas à produção de cana-de-açúcar com escravos que plantavam a subsistência para seu alimento, desonerando o grande Senhor da terra. Em divergência com o habitual meio de fixação territorial que

descreve o camponês da Europa, os caminhos do campesinato brasileiro são caracterizados por meio de uma grande mobilidade espacial.

A dominância de sistemas de posse precária de terras nos moldes que existiam e desenvolvidas por essa classe social resulta em uma situação de inconstância estrutural, fazendo da frequente procura por novas terras uma importante estratégia de produção social. Nesse contexto, Wanderley (1996) ressalta que é o seu modo de vida, maior que a terra, uma herança que é de fato passado entre gerações.

Entende-se que a origem do campesinato não foi responsável pelo processo da formação econômica do país, mas o que não se pode negar é que com a entrada do modelo de desenvolvimento capitalista no campo foi o que de fato fixou a existência do campesinato no Brasil e, conseqüentemente por ser tão importante nesse viés econômico se deu toda a sua gênese, desde lá do período de Colonização até os dias recentes, tal característica é notada claramente. No mínimo são três formas apontadas na origem do campesinato no território brasileiro.

A primeira forma seria proveniente de antigas zonas agroexportadoras (os antigos engenhos de cana-de-açúcar, cafeeiras e algodozeiras) existiam proprietários, foreiros, colono ou arrendatários, trabalhadores camponeses que viviam no interior da propriedade, e daí iniciaram núcleos camponeses ao redor destas propriedades nas propriedades que tinham como nome ‘terras livres’.

A segunda forma teve o nome de campesinato de fronteira. Era constituído de núcleos camponeses e esses trabalhadores garantiam o povoamento das áreas distantes, que muitas vezes era ligado à expulsão de povos indígenas.

E a terceira forma o modelo de campesinato que mais se aproxima do modelo Europeu, ocorrido no Sul do Brasil, teve a doação de terras pelo Estado Imperial para os imigrantes assentados nas Colônias (ALMEIDA, 2006).

Inicialmente, em sequência atenta-se à primeira forma e à posterior, às demais formas, segundo Almeida (2006, p. 102), compreendem as antigas zonas agroexportadoras no país na época de sua colonização:

Na produção colonial, que tinha seu sustentáculo na expansão dos mercados, ou seja, num sistema mercantil voltado para a monocultura da exportação, o escravo era renda capitalizada. Dessa feita, emerge a contradição entre produção direta dos meios de subsistência e produção para o mercado. Portanto, cabiam ao escravo as atividades voltadas ao mercado, sobrando aos homens pobres livres as culturas subsidiárias [...].

Nesse período colonial, o campesinato no Brasil se deu de fato no Século XIV com a Lei das Sesmarias promulgada em Santarém em 28 de maio de 1375, contendo o instituto jurídico português que com suas normas norteasse a distribuição de terras designadas para a produção agrícola. Portugal que teria sido formado recentemente e não era capaz de organizar a produção alimentícia da época e com a Peste Negra agravando ainda mais a situação, toma a decisão de enviar particulares para o território brasileiro, em 1530 e, tem por decisão a utilização com algumas adaptações a esse sistema.

Os capitães-donatários como eram chamados esses particulares eram titulares das Capitânicas Hereditárias. O Sesmeiro como era chamado o responsável por distribuir essas partes de terras aqui no Brasil, fazia dessa tarefa uma prioridade devido à instalação da ‘plantation’ açucareira na Colônia Portuguesa. As Sesmarias tinham por função primordial estimular a produção caso o titular dessas terras não iniciasse a produção nos prazos estipulados, era cassado o seu direito de possuidor dessa propriedade.

Diversos autores destacam esses meios de produção colonial:

Nas áreas marginais das grandes *plantations* (HERÉDIA, 1979; MEYER, 1979) e nas grandes fazendas de criatório de gado (COSTA, 1997) constituíam-se grupos camponeses que atendiam às necessidades destas áreas de produtos alimentícios. [...] no Nordeste açucareiro este campesinato, desde seu nascimento e como condição necessária para seu estabelecimento, esteve subordinado à *plantation* (HERÉDIA, 1979, p. 31).

Na região Norte de Minas Gerais o início das grandes fazendas de animais, os grupos camponeses passaram a se formar nos arredores do estado, e a partir dessa relação de complementariedade e de compadrio que se explicou os meios dominantes que se instalaram na região (COSTA 1997).

Costa (1997) entende que esses núcleos de camponeses surgiram em decorrência do Sistema Escravista que existia na época, mas naquele período estavam completamente afastadas das atividades de agro exportação, em que esses camponeses eram povos que fugiram da escravidão e, conseqüentemente formaram esses agrupamentos.

Em decorrência disto eram áreas de difícil acesso, pois só nesses locais eram possíveis para poderem criar seus espaços com o sentimento de liberdade, que aos poucos esses isolamentos foram se desfazendo, por questões de povoamentos que aconteceram no interior do país por questões da grande demanda necessária da economia mineradora nos rios

Jequitinhonha e o rio Jequitaí que fizeram parte do ciclo de mineração, produtos alimentícios e de animais para carga.

Os fazendeiros utilizaram, como trabalhadores, a mão-de-obra escrava e a liberta. Nos arredores das grandes fazendas estabeleceram-se núcleos camponeses (COSTA, 1997), de populações negras originárias das grandes *plantations*.

Cabe ser mencionado como marco de importância sobre o ciclo migratório nordestino no século XIX, que teve uma distribuição da população camponesa que se perdurou até o começo do século XX. Que é devido à grande seca que ocorreu entre 1877 e 1880, acarretando a saída da população camponesa à procura de melhores condições de vida. Prado Junior (1973, p. 78), afirma que este fato gerou o despovoamento do interior nordestino do Ceará até a Bahia.

Segundo o autor esses retirantes eram uma das grandes formas responsável pelo surgimento de grupos camponeses no Sul da Bahia, na região Amazônia e nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Na procura incessante de terras libertas e produtivas, se instalaram em locais distantes de suas terras originárias.

As populações camponesas originárias fazem parte das duas formas inicialmente apontadas, que seriam a primeira forma, cujo tópico é a partir da migração da população das antigas áreas de '*plantations*', e a segunda forma, a partir da existência de 'terras livres', quando esses retirantes começaram a se alojar em áreas despovoadas.

O conceito de camponês conquista nas ciências sociais uma maior ênfase por meados da década de cinquenta igualmente no tempo que era afirmado como identidade política nacionalmente e tinha como objetivo principal caracterizar a classe diversificando das populações agrárias que não eram proprietárias de terras e não proletárias, assim o sujeito *camponês* não possuíam terra nenhuma e não tinha salário, ou seja, era outra espécie de categoria e, por isso criou-se a necessidade de se saber de quem se estava falando a respeito.

Com a definição em destaque do termo *camponês*, indicava-se para a formação de um sujeito histórico e um sujeito político, que era incorporado pelo discurso acadêmico, que geralmente era percebido nas populações rurais unicamente na dimensão econômica, e entendido como uma atividade, e não como um mundo partido de relações sociais e com estreita relação com o urbano. Em ressalva nos convém frisar que o camponês genérico não existe, e varia segundo as suas particularidades, diferenças regionais, relações de produção, de poder cultural, dentre outras.

E dessa mesma forma, foi o momento das Ligas Camponesas, por conta das imensas concentrações de terras e a grande desigualdade social que estavam com bastante destaque

devido às mudanças percebidas nas relações de trabalho que surgem como explicação para a questão agrária do Brasil. E foi por decorrência desse procedimento, que se conceituou de “camponês” e também a definição de latifundiário, criado para o seu contraditório pareamento.

Segundo o dicionário Aurélio: “Camponês é aquele que habita ou trabalha no campo, é próprio do campo, sujeito rústico”. Percebe-se um conceito ainda que primitivo nos meios didáticos da língua portuguesa quanto a definição do conceito de camponês, porém ao passo em um estudo mais contemporâneo e sociológico percebemos que o camponês ganha maiores referências nos termos gerais de definição.

Visto que além de ser apenas um sujeito que aplica atividades no campo, para o seu meio de subsistência, ele é isonômico aos mesmos direitos e condições sociais que qualquer outro cidadão seja do perímetro urbano ou rural, e tenha ou não tenha terras ele o ‘camponês’ se enquadra a um indivíduo com garantias constitucionais idênticas, o que antes em sua classificação não era, ou seja, não existe classe genérica.

É notório que a agricultura brasileira nos dias de hoje tem uma grande representação e é sem sombra de dúvida associada a gigantescas propriedades monocultoras e agroexportadoras, que é decorrente muitas vezes de um esquecimento da sociedade, sendo praticamente negada a grande contribuição do campesinato para a coletividade social, que define apenas como uma forma social de produção, para tanto, o campesinato corresponde realmente a uma forma de vida e à uma cultura.

No Brasil, a maior parte foi se ocupando em espaços precários ou era temporário, que necessitaria da criação estável de comunidades camponesas com longevidade devido ao processo de cultivo. A existência da “agricultura moderna”, que cresceu no Século XX, foi um dos fatores que teria provocado a expulsão desses camponeses. Nos dias de hoje, fale-se muito em agricultura familiar e campesinato, mais por questões de debates políticos e teóricos em que foi notado que essa classe diferentemente dos “patronais e não latifundiários” conseguiam exercer meios próprios de viver e trabalhar e de gerar riquezas para o país.

Em uma nova tendência de exportação também surgiria e que a população mundial mais que tudo necessitaria desses recursos de plantio não industrializados de boa qualidade e de custo baixo que eram incorporados muitas vezes pelo pensamento de ‘pobres do campo’ que sairia do patamar de pobreza estabelecido, até então. Ou seja, o campesinato sempre em suas origens tinha esse conceito pejorativo de um “mau que viria a ser necessário em algum momento”, segundo Wanderlei (2014, p. 74):

[...] pode entender por campesinato. Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

O campesinato brasileiro assume uma dupla conotação como referencial. Em primeiro momento esse campesinato assumiria para muitos como um meio mais tradicional da agricultura produzida em uma pequena escala que tendo poucos recursos produtivos e teria uma pequena integração no mercado e muito reduzida à vida urbanizada, devido a estas características, seria constantemente identificada como uma incivilidade e um retrocesso econômico e social. Nisto se teria uma diferenciação da agricultura familiar que em segundo momento, mesmo contendo condições de produção restritas e semelhantes estaria mais integrada à cidade e aos mercados.

Nessa linha de estudo, se observa que ambos são descritos como *camponeses*, que por outro viés essa palavra tem em sua bagagem um pulsante conteúdo político devido à associação constante do movimento camponês, que teria sido duramente perseguido, como *subversivo*, pelos governos militares brasileiros.

No período de 1964 a 1985, de forma depreciativa, foram adotados nomes como: 'pequeno produtor, agricultor de subsistência, produtor de baixa renda, precários do campo, trabalhador rural'. Por volta da década de noventa, o Estado adota uma categoria conhecida como 'agricultura familiar', criada e anunciada amplamente como projeto para apoiar os agricultores que seria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujas atividades estariam estruturadas na intenção da família e para a família.

Devido a esse meio político, foi difundindo-se o conteúdo histórico-político da palavra *camponês*, que era uma forma de inspiração paralelamente a convicção desse conceito, visto que seria o primeiro momento de uma identidade dessa condição que recebia um reconhecimento positivo de seus traços.

Wanderley (2014, p. 85) classifica como equivalentes campesinato e agricultura familiar, ressaltando que é:

[...] importante perceber que, apesar da heterogeneidade referida, todas estas situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se

relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências indenitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes.

Visa-se primordialmente essa relação entre si, tendo a família e a troca de experiências como ponto principal, possuindo um alicerce forte e de companheirismo, conseqüentemente tanto na vida dos camponeses como no trabalho independente das múltiplas nomenclaturas para o mesmo.

1.2 O CAMPESINATO FRENTE AOS DISTINTOS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO

Discutir o desenvolvimento da agricultura no capitalismo, mesmo diante de muitos avanços pertinentes ao campesinato, nos dias atuais, ainda se tem gerado muitas discussões relevantes ao assunto, visto que é muitos debates que englobam outros laços do tipo, a importância da agricultura familiar, é motivadora, devido ser a principal causa das retomadas nas questões envolvidas, desde as problemáticas ecológicas até os impasses da Reforma Agrária, além das interferências dos meios de produção e o processo que ganha novas formas a cada dia.

Diante dessa situação, que busca entender e argumentar esse processo de formação do campesinato, nas últimas décadas tem se questionado quem de fato são os camponeses e quem seriam os agricultores familiares e, diante desse duplo paradigma que se diferencia do modelo concernente a questão agrária e do capitalismo agrário, em que muitos estudiosos, de lados opostos se debruçam sobre essa realidade e fundamentam muitas análises padrões teóricos.

Sob essa ótica, muitas vezes questiona-se que o campesinato constitui um resíduo, um setor em extinção e que alguns chegaram a defender no passado que seria sem relevância nenhuma para o progresso econômico e social.

Não se pode negar que todo avanço, transformação tecnológica, alta produtividade só teria como advir da grande unidade capitalista, incorporada de inovações técnica e que são baseadas no trabalho assalariado. Porém, nota-se que o camponês tem seu espaço conquistado com suas formas de cultivo peculiares.

Por consequência do desenvolvimento tecnológico e do avanço capitalista no campo, existe a partir dos anos noventa muitos estudos acadêmicos que teriam como objetivo distinguir o camponês do agricultor familiar como sujeitos distintos. Configuram o camponês como um modelo antiquado, o retrocesso, arcaico, enquanto que o agricultor familiar representa o progresso, o novo e o moderno.

Contudo, ao observar nitidamente as diferenças atribuídas entre *camponês* e *agricultor familiar*, percebe-se que tais distinções não se apresentam tão claras como pretendem, e ambos as conjunturas compreendem os mesmos sujeitos, que vivem em condições diferenciadas. Na verdade, são componentes do campesinato e que resistem ao progresso capitalista por caminhos distintos, uma verdade que insiste desafiando a ciência a encontrar o papel e o espaço dos camponeses na sociedade capitalista.

Para a compreensão dos diversos paradigmas de desenvolvimento do capitalismo no campo, é necessário conceituá-los cada um de forma clara, e perceber que esses paradigmas não se limitam apenas aos que existem até o momento, visto que eles podem posteriormente ganhar novos ramos tendentes a época e a modernização futura.

Os conceitos de camponês e agricultor familiar sofreram grandes mutações, e em decorrência dessas mudanças muitas pesquisas de cunho acadêmico por diferentes áreas ganharam importância. Especificamente na Geografia Agrária que estuda a partir de análises da atual realidade nos conflitos de terras poderemos de forma preliminar colocar em questão a problemática entre diferenciá-los. Silveira (1990, p. 231) apresenta:

[...] uma gama muito grande de tipos de camponeses que vai desde aquele que racionaliza ao máximo sua produção, que está ligado a cooperativas, e tenta ajustar-se às necessidades do mercado, minimizando ao máximo seus riscos, até o posseiro, com condições mínimas de existência, que às vezes planta para ter o que comer.

Percebe-se que nos conceitos empregados pela autora surgem vários sujeitos de camponeses que dificulta a diferenciação, que impede um esclarecimento e compreensão mais específica.

Hespanhol (2000), se posiciona afirmando que é existente a objeção de camponês, por questão de ter existido a perda em seu poder explicativo e ser substituído pela definição de agricultor familiar. A pesquisadora afirma:

[...] que a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar (HESPANHOL, 2000, p. 2).

Continuando, Hespanhol (2000, p. 3), elucida:

[...] por restringir o foco de análise, às formas tradicionais de acesso à terra, representado pelos pequenos proprietários e arrendatários que, conduzindo diretamente as atividades e utilizando predominantemente mão de obra familiar.

Outras denominações são dadas a esses sujeitos como camponês, agregados, moradores, rendeiros, assentados, acampados, agricultor familiar dentre outras. A questão que é colocada não seria somente a distinção entre esses dois sujeitos: camponês e agricultor familiar, porém a forma como sua existência, como horizonte poderia ser entendido, ou seja, qual o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista? Oliveira (2004, p. 35) afirma:

[...]. Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil.

A existência de dois paradigmas, que são o capitalismo agrário e o da questão agrária é existente por diversas concepções teórica e entendimento do progresso do capitalismo no campo. O protótipo do capitalismo agrário, defendido pelos teóricos do Rimisp, defende que o único futuro para o campesinato estaria na metamorfose do camponês para o agricultor familiar. Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, e o único meio de sobreviver para o camponês seria sua mudança para o agricultor familiar, que se inserindo completamente no mercado e racionalizando ao máximo a sua produção. Portanto, face a esse paradigma, o futuro do campo apresenta três opções: a primeira, seria a

inserção do camponês ao mercado; a segunda, a pluriatividade; ou, então, a terceira, que contempla as políticas compensatórias.

Já o paradigma da questão agrária, defendido pelos teóricos da Clacso, um site conhecido internacionalmente, a luta pela terra e pela reforma agrária é o meio privilegiado de criação e recriação do camponês, visto que, o camponês é aquele que luta pela terra e, sem essa luta, este deixa de existir.

Para esse paradigma, a análise da luta camponesa é compreendida na tríade espaço, sujeito e tempo. De forma dialética, e constando que ao ter aumentado a concentração de terras, aumentará igualmente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil. A luta pela terra brasileira, seria um elemento inerente à história do campesinato, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa, como é esclarecido por Marques (2004, p. 151):

[...] A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade.

Uma busca dessa identidade nova é um ideal para o estudo desses paradigmas é fundamental o entendimento do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no território brasileiro em específico. Com essa construção, partindo de uma visão crítica, mas com comprometimento a transformação da realidade estabelecida, aprofunda-se e amplia-se o debate, em uma ótica que confronte o pensamento consensual. Nesse viés, se torna indispensável essa criação analítica de contemplação de forma intrínseca a dimensão da conflitualidade.

Essa conflitualidade, apesar de ser um conceito bastante inovador, é utilizada para a leitura e esclarecimento da realidade atual, dentro do paradigma de questão agrária. A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene alimentado pela contradição estrutural do capitalismo, que produz concentração de riqueza de um lado e, a expansão da pobreza e da miséria, do outro.

O paradigma do capitalismo agrário, ou seja, o capitalismo no campo acredita que o único futuro do campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar. Ou seja, seria inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, e que seria o único meio que o camponês teria para sobreviver consistia na sua transformação em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção.

Os teóricos que defendem esse paradigma, por meio de suas obras, estão, entre outros os textos de Lênin (1899/1985) e (1918/1980), e Kaustsky (1986), por serem primordiais, contendo elementos fundamentais para compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e, as obras de Lamarche (1993,1998) e Abramovay (1992), por postularem defesas que apontam na mesma direção, porém, foram construídas em bases distintas.

Nessa abordagem é proposto o debate acerca da categoria e classe social, camponês, tendo em vista a defesa do paradigma da questão agrária, uma vez que se trata da história dos povos camponeses assentados da reforma agrária do Assentamento Acauã, por conseguinte, povos que, ou permaneceram na terra, ou ao serem expulsos da terra, se organizaram e lutaram para a ela retornar.

1.3 CAMPONESES NO BRASIL: das distintas nomenclaturas às realidades dos sujeitos do campo

Em todas as regiões do Brasil o campesinato sofreu de forma distinta uma transformação em sua nomenclatura habitual 'camponês', visto este conceito como foi dito em capítulo anterior ocupou um lugar de destaque nas ciências sociais do país, nas décadas de cinquenta ganhando sua identidade política em nível nacional.

Com a desigualdade social da época, e também até os dias de hoje, que se tornou mais evidente, por meios de dados setoriais, notou-se a necessidade intrínseca de se acompanhar esse processo de transformação e poder observar as realidades dos sujeitos estudados e suas variações de nomes e codinomes que muitas vezes eram aplicados de forma preconceituosa em algumas regiões do Brasil.

Nisto, o camponês tinha nomenclaturas específicas de acordo com a sua historiografia e seu setor regional de nascença, como: caipira, nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e já no litoral paulistano eram conhecidos como caiçara, na região sul, dependendo se era imigrante ou não de nascença, recebiam os nomes de colono ou caboclo. Essas distintas nomenclaturas também ocorriam com os grandes proprietários de terras, que recebiam as

nomenclaturas de estancieiros, ou senhores de engenho, entre outros que serão expostos posteriormente.

E por decorrência dessa distinção entre classes que se originou ao mesmo tempo o conceito de camponês para os lavradores se criava ao mesmo tempo de forma oposta o conceito de latifundiário, que como descreve (MARTINS, 1981). Eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados numa longa história de lutas. Na realidade desses sujeitos atualmente é criado o conceito de “agricultores familiares” e assim que são considerados esses estabelecimentos camponeses em diversas regiões do Brasil.

Dados do IBGE apontam que 64,6% dos estabelecimentos considerados “agricultura familiar”, estão localizados em regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Assim, vislumbra-se que por distintos fatores históricos, em sua formação, existe uma imensa diversidade de formas sociais de reprodução do campesinato.

Para se ter uma ideia de tamanha diversidade, só no estado do Pará, Hebette (2004, p. 12-13), elenca as seguintes nomenclaturas ou autodenominações regionais: “lavradores, agricultores, camponeses, ribeirinhos, varzeiros, quilombolas, extratores, posseiros, colonos, assentados, atingidos por barragem, catadores de babaçu, castanheiros, seringueiros, pescadores, catadores de caranguejos e catadores de siris”.

Outras nomenclaturas ou autodenominações podem ser elencadas como: quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, fundos de pastos e até mesmo de forma preconceituosa, como Jeca provinda de um personagem “jeca tatu” de Monteiro Lobato, em sua obra *Urupês* se referindo aos caboclos do interior de São Paulo e, no Nordeste em semelhança, era utilizada a expressão ‘matuto’ ou povo do mato, que hoje ainda perdura como povo do sítio.

Ainda no estado do Pará, relacionado aos pescadores artesanais, Maneschy (2003, p. 1) frisa que: “os pescadores, pescadores-lavradores, ribeirinhos, lavradores e extrativistas no Pará e, extensão, na Amazônia, partilham uma origem histórica comum que remonta à colonização e processo de desestruturação das populações indígenas, sua conversão no “índio genérico”, destribalizando, formador das populações rurais amazônicas”.

E, fazendo uma análise desses novos padrões de relação política no campo e na cidade, Almeida (2004) ressalta: “A nova estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associada principalmente ao termo camponês. Politiza-se aqueles termos e denominações de uso local”.

Seu uso cotidiano e difuso, integrando com a politização das realidades localizadas, isto é, os agentes sociais que se estabelece em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se auto definem e são representados na vida cotidiana [...]. Tal multiplicidade de categorias que divide, portanto, com o monopólio político do significado dos termos camponês e trabalhador rural.

Que até então eram utilizados com prevalência por partidos políticos, pelo movimento sindical centralizado na CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e pelas instituições pertencentes a igrejas ou a confissões religiosas (CPT, CIMI, ACR). Tal ruptura ocorre sem destituir o atributo político daquelas categorias de mobilização.

As novas denominações que designam os movimentos e que espelham um conjunto de práticas organizativas, traduz transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos face ao poder do Estado e em defesa de seus territórios [...]” (grifos no original).

Em virtude disto é que se pode dizer que mais que uma estratégia de discurso se tem o advento de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também práticas rotineiras no uso da terra.

A complexidade de elementos identitários, próprios de autodenominações afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional (BARTH, 1969), foi trazida para o campo das relações políticas, verificando-se uma ruptura profunda com a atitude colonialista homogeneizante, que historicamente apagou diferenças étnicas e a diversidade cultural.

Diluindo-as em classificações que enfatizavam a subordinação dos “nativos”, “selvagens” e sem a devida ou a falta ao conhecimento erudito do colonizador”. Não obstante de diferentes planos de ação e de organização e de relações distintas com os aparelhos de poder, tais unidade de mobilização podem ser interpretadas como potencialmente a se constituir em forças sociais.

Nessa ordem, elas não representam apenas uma simples resposta aos problemas localizados, suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instâncias de legitimação, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detém o poder local.

Destaca-se, nesse particular, que mesmo distantes da pretensão de serem movimentos para a tomada do poder político, logra generalizar o localismo das reivindicações e mediante estas práticas de mobilização aumentam seu poder de barganha face ao governo e ao estado,

deslocando os ‘mediadores tradicionais (grandes proprietários de terras, comerciantes de produtos extrativos-seringalistas, donos de castanhais e babaçuais).

Deriva-se daí a ampliação das pautas reivindicatórias e a multiplicação das instâncias de interlocução dos movimentos sociais com os aparatos político-administrativos, sobretudo com os responsáveis pelas políticas agrárias e ambientais (já que não se pode dizer que exista uma política étnica bem delineada.

Acredita-se que diante desse universo de origens históricas, em que o significado dessas categorias sociais, sejam elas suas nomenclaturas autodenominadas, são na verdade estatisticamente, de certa forma, identificadas nessas análises pelos estabelecimentos rurais. Mesmo que isso não significa que essa diversidade de categorias sociais passíveis de serem envoltas pela expressão camponês.

Os camponeses, no Brasil, são referidos por uma variedade de formas sociais, baseadas, como foi mencionado em capítulos anteriores, pela relação de trabalho familiar e os diferentes modos de acesso à terra.

Essa forma central, no papel da família, em organizar a produção e como era constituído o seu meio de vida, é até os dias atuais, a base comum a esses elementos, as formas sociais desses agricultores, mesmo que em sua nomenclatura sofra mutações, durante o processo histórico, a identidade do camponês brasileiro será a mesma, o trabalho familiar e quais foram as formas de acesso a esse território.

Outra nomenclatura importante, na história do país, que merece um tratamento mais detalhado nesse capítulo é sobre os lavradores nacionais, camponeses conhecidos como caboclos, que também recebem os nomes de sertanejos, caipiras dentre outras nomenclaturas recebidas conforme a região.

Mas, o que documenta, na literatura do sul do Brasil, é muito comum a utilização de caboclo, que tem um sentido étnico, mas também cultural ou sociológico, o termo caboclo é de origem Tupi, e designa o filho de indígena com o branco europeu.

Já no ponto de vista sociológico, caboclo “significa pertencer a um grupo social com características próprias, definidas pela concepção geral das coisas, do estilo de vida, das relações com os outros grupos sociais, pelo sistema de trabalho, pelo sistema de reprodução biológico e social, pela religiosidade”, conforme definição de Gehlen (1991).

Então, o caboclo poderia ser descrito recentemente como o lavrador nacional pobre, assim um camponês do Brasil, então de acordo com Martins (1983) discorre que o vocábulo camponês foi utilizado, inicialmente, no país pelo destaque político das esquerdas, em que se tinha nomes dados para as variadas regiões, como o caipira, caboclo, colono.

O último seria o camponês imigrante ou filho do mesmo, sendo europeu, em ambos os casos. Já o caboclo seria o agricultor nacional, e como vive sendo distinguido do caboclo, no qual bem aproximado a vida de origem indígena.

Uflacker (1884), aponta outra definição em relação ao caboclo que seria a de vadio e vagabundo. Em que esse posicionamento com cunho preconceituoso está voltado também para uma linha de pensamento de fronteira agrícola, que não conseguiriam dá conta do trabalho detentor de disciplina, para um bom progresso dos entrelaces capitalistas de produção (CARDOSO, 1979).

O pensamento no progresso sobre região diante de um mundo cada vez mais globalizado, que é iniciada pela cultura, as relações que se tem anteriormente há anos atrás e na atualidade dos atores em questão e não só por via material.

2 A RESISTÊNCIA CAMPONESA E SUAS LUTAS POR TERRITÓRIO E PELA PERMANÊNCIA NA TERRA, NO ESTADO DA PARAÍBA

Neste capítulo, apresentar-se-á como se deu a resistência camponesa e suas lutas por território e pela permanência na terra, no estado da Paraíba. Abordou-se um pouco do quadro que envolve a luta do povo, que conquistou um território através da materialização do acampamento e do assentamento sem-terra, o Assentamento Acauã, em Aparecida – PB.

Através do levantamento de bibliografias, documentos, e do próprio trabalho de campo, buscou-se conhecer a história deste lugar, e a partir daí, reconstituiu-se a realidade presenciada nesse Assentamento.

Por meio de um levantamento documental, iconográfico, demonstra-se a importância que tem o movimento social em prol das diversas famílias que hoje estão no Assentamento Acauã. Assim, no que se refere à metodologia, destaca-se a contribuição dada pelas inúmeras narrativas, memórias dos camponeses do Assentamento. Dessa forma, a menção feita à identidade defendida pelo camponês Sem Terra.

Também se vislumbrou a formação do município de Aparecida e a sua evolução urbana, a partir das influências do Assentamento Acauã, haja vista as relações campo-cidade que se dão, especialmente pela criação da feira agroecológica, como estratégia de reprodução e resistência camponesa para permanência na terra e pela qualidade da vida e manutenção do modo de viver camponês.

2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NAS LUTAS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS E SUAS DIFICULDADES ATÉ OS DIAS ATUAIS NO ESTADO DA PARAÍBA

A historicidade dos movimentos sociais é resultante de um contexto de lutas por terras. Destarte, compreende uma história de participação da grande massa de trabalhadores do campo que passaram a se organizar no intuito de reivindicar, publicamente, o direito à terra que, por ‘obrigação e direito’, deveria ser de todos na visão desses movimentos.

Por meio desse sentimento e de tantos outros que o movimento camponês, em Acauã, iniciou sua luta pela redemocratização do território agrário brasileiro, e especificamente Paraibano, fazendo com que todos os que acompanhavam/acompanham esse propósito passassem a tomar a bandeira campesina como modelo de uma possível reviravolta na esfera agrária, no Brasil.

No entanto, antes de se realizar algumas ponderações sobre a história desse movimento no estado da Paraíba, apresentamos alguns conceitos importantes que são os seguintes: território e *territorialidade*; acampamentos e assentamentos; ressalta-se os embasamentos amplamente utilizados por estudiosos que tratam da temática exposta. Vale salientar a necessidade de se apresentar esta relação entre tais categorias e a origem do movimento, no estado da Paraíba.

Para Raffestin (1993, p. 198) “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Assim, esse território conquistado dentro de um cenário de conflitos é para aqueles que fazem parte do movimento sinônimo de bem-estar e de conquista, que também é repassado para aqueles que ainda não conseguiram o acesso à terra.

Já a territorialidade, para Raffestin (1993, p. 158), é entendida como multidimensional e inerente à vida em sociedade. Ou seja,

[...] de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

E ainda: “[...] territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Concernente a definição de acampamentos, estes espaços são constituídos/formados, por famílias de camponeses que vivem como trabalhadores rurais, arrendatários, boias-frias, e meeiros que querem ter a própria terra para plantar. De acordo com o próprio MST (2010 p. 17), é possível relacionar a experiência de vida destas famílias acampadas, ao acentuar:

As famílias passam a viver nos acampamentos, nas beiras de estradas ou em áreas abandonadas, enfrentando dificuldades no seu dia a dia para morar, dormir, descansar e comer. No entanto, encontram um refúgio na organização coletiva de uma comunidade, onde todos enfrentam os mesmos problemas juntos. Nesse processo, percebem que essa é a melhor maneira de enfrentá-los. Mesmo anos embaixo da lona preta, resistem por conta da perspectiva de conseguir a terra, entrando em um programa de reforma agrária.

Por fim, segue o conceito de assentamentos, segundo a visão Moreira (2013, p. 6), o qual descreve: “Assentamentos rurais são as glebas incorporadas ao programa de reforma agrária INCRA, mediante a conquista da terra a partir da luta social, seja via desapropriação, compra e venda ou doação”. Contudo, para o MST (2010, p. 19), o termo assentamento apresenta a seguinte concepção:

Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: trabalho, casa, escola e comida. Os assentamentos representam o desfecho de um processo no qual o monopólio da terra e o conflito social são superados. Logo depois, se inicia outro processo: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra.

Consoante a explanação dos conceitos relevantes a essa discussão, vislumbra-se a história do movimento sobre a aquisição territorial e territorialidade nas lutas e resistências camponesas na Paraíba, pois não foge ao sentido do movimento em escala nacional. A luta por terras reflete de início, as primeiras ocupações na Zona da Mata e, no Agreste Paraibano.

Sucessivo a este acontecimento nas áreas mencionadas, passa a ocorrer notoriamente às ocupações no Sertão do Estado. O Estado da Paraíba traduz-se como um dos principais palcos da luta pela terra, tendo como ícones a figura de João Pedro Teixeira, Bila, Zé de Lela, margarida Maria Alves, Dona Helena, todos representativos que marcaram suas vidas com a luta e representam o mártir da resistência camponesa, assim como Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira, ‘a Mulher Marcada para Viver’, que até os dias atuais, aos 92 anos de idade continua firme na luta para que a reforma agrária se torne concretização do camponês.

Contudo, o Estado evidencia que, mesmo perpassado Séculos de seu descobrimento, ainda mantém e privilegia sua estrutura fundiária concentrada, desde o Período Colonial, subsidiando tal estrutura gerando desigualdade social e exclusão social, por vezes desconhecendo, desqualificando e desvalorizando o campo em detrimento da cidade.

A partir do cenário de desigualdade na divisão territorial existente no campo paraibano, o movimento intensificou suas ações sobre os vários problemas enfrentados pelo camponês/sem-terra. De acordo com Silva (2014), os problemas enfrentados pelos povos do campo foram o pávio que faltava para nascer o movimento e assim, passar a ocupar as glebas – terreno próprio para cultivo agrícola – em chão paraibano. Nesse sentido, é preciso entender que a terra representa para o camponês, um espaço social, isto é, o objeto de lutas para sua existência, reprodução social e produtividade.

Na Paraíba, a luta e a resistência camponesa pela permanência na terra, no tocante a sua historicidade, não se distingue das enfrentadas pelos sem-terra nos demais estados brasileiros. No Estado, o movimento encontrou uma enorme resistência entre os interesses latifundiários e os ideais dos grupos que lutavam pelo livre acesso às terras (SILVA, 2014).

Com o início do conflito de troca de farpas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi se estabelecendo, e atualmente é considerado o principal movimento de luta pela distribuição territorial brasileira, tanto no cenário local como em âmbito nacional, o qual junto a outros tantos movimentos de luta aglutinam o grande movimento de abrangência maior, na América latina, a Via Campesina.

A resistência camponesa pelo território faz jus a constante luta do *MST*, um dos movimentos sociais que tem uma atuação maciça no campo paraibano, lutando por terra e pela reforma agrária. O advento do movimento na Paraíba se apresenta como uma organização de luta incessante pelos direitos ao acesso à terra pela classe trabalhadora camponesa. Data-se que a chegada do movimento no Estado se deu no fim da década de 1980.

A luta pela terra na Paraíba, como também pelo campesinato, está diretamente associada às Ligas Camponesas, assim como a outros movimentos como Ronco das Abelhas, Porecatu, Canudos, Messianismo, e por que não dizer, o Cangaço.

Nesse contexto, Cecato e Alves (2010, p. 6) explanam:

As Ligas representavam um poderoso movimento social de luta pela Reforma Agrária, surgido entre [os estados de] Pernambuco e Paraíba, nos anos 1950 e início dos 1960 [este movimento] era uma resposta organizada a grande revolta em função da expulsão dos trabalhadores da terra, por parte dos donos de usinas de cana-de-açúcar, na Zona da Mata.

As Ligas Camponesas, conforme Silva (2000), refere-se à luta iniciada a partir das apreensões provocadas pelo próprio agrupamento, influenciando o surgimento de outros movimentos sociais no campo, como a Comissão pastoral da Terra (CPT) e o MST.

[...] através de alguns sindicatos rurais, além da atuação da Igreja Católica com a criação da Pastoral Rural e posteriormente da CPT, estes movimentos no campo, foram fundamentais no processo de construção de uma visão social e política entre os grupos de trabalhadores rurais. No final da década de 80 surge o MST na Paraíba, como um novo ator na luta pela terra e pela conquista da Reforma Agrária e por um novo modelo de organização socioeconômica (SILVA, 2000, p. 2).

Os propósitos aferidos pelas lutas que o MST adota nos dias atuais são intensificados nas teorias dos autores mencionados acima, uma vez que defendem os movimentos oriundos do Nordeste, em prol do acesso à terra, fazendo assim conceber o surgimento das Ligas Camponesas, também na Paraíba.

Com a cessação das Ligas, originaram-se outras organizações, como a CPT. Nesse cenário, o MST que já havia se consolidado na Região Sul, posteriormente chegou ao Nordeste e hoje considera ser o maior movimento agrário no país.

Conforme Silva (2000), a primeira ocupação do MST na Paraíba ocorreu na Fazenda Sapucaia em 07 de abril de 1989. As razões pelas quais o MST foi implantado na Paraíba, precisamente na localidade do Brejo, enfatiza-se como fatores determinantes dessa escolha: a estratégica localização geográfica do Brejo no Estado da Paraíba, a estrutura agrária da região, bem como a presença de um cenário de conflitos sociais, políticos e econômicos marcantes.

Como expõem Schiochet (2008) e Moreira (1997), tais fatores são considerados como elementos essenciais para a entrada do movimento no campo paraibano. Para Moreira (1987, p. 42), a região do Brejo paraibano é classificada geograficamente como uma:

[...] subunidade espacial fortemente individualizada dentro do agreste, corresponde a um “Brejo de altitude” de encosta voltada para a ação dos ventos. Localizada no rebordo úmido oriental da Borborema, esta unidade espacial distingue-se pelas favoráveis condições naturais nela encontradas (clima úmido, solos férteis, hidrografia perene), as quais permitiram que a ocupação e a organização do seu espaço agrário tivessem como suporte a atividade agrícola.

Neste recorte de território, o MST começou a traçar seus primeiros passos na busca por sua estruturação como movimento de massa no Estado. Conseqüentemente, a esta primeira etapa o movimento passou a ganhar a cada dia mais adeptos até que o mesmo se estendeu a todas as partes do território paraibano.

Foi no “Brejo que se estabeleceu a primeira ocupação do movimento, este corresponde a uma área de [...] atingindo uma área de 1.240 km² (9,8% do território), a qual engloba hoje sete municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Pilões e Serraria” (SCHIOCHET, 2008, p. 30).

A identidade desta Mesorregião Paraibana contribuiu para a implantação do MST, uma vez se constatando, desde os Séculos XVII e XVIII que essa localidade já se destacava como um ponto de apoio para as rotas de mercadorias advindas do Sertão, com destino ao Litoral. Sobretudo, essa região era transitada por vaqueiros que percorriam com o gado, do

Sertão para o Litoral. Assim, a região produziu para a época da chegada do MST importantes *elementos*, como: uma estrutura agrária de característica monocultora, como também concentrou um cenário social de desigualdade a respeito do pequeno produtor/camponês (SILVA, 2014).

Acerca da temática social do campo paraibano, Freitas (1994, p. 38) evidencia:

A mão de obra utilizada na produção da cana-de-açúcar caracteriza-se por trabalhadores assalariados que foram expulsos de suas terras, moram nos povoados, nas pontas de rua; e por moradores que ainda residem nas terras da Usina, Engenhos e Fornecedores. Todos, temporariamente, passam pelo processo de assalariamento.

Mediante o cenário de problemas sociais, o MST se subsidiou nas forças de integração sindical para então neste território se estabelecer dentre diversos elementos, os quais merecem menção: a presença das forças sociais que defendiam a luta pela reforma agrária, no qual as mesmas apoiaram o surgimento do movimento no Estado (FREITAS, 1994).

Para Schiochet (2008), o apoio recebido para a implantação do movimento na Região do Brejo paraibano foi do Sindicato dos Trabalhadores de Lagoa Grande, do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, do Partido dos Trabalhadores e ainda indiretamente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e defensores da Reforma Agrária e do MST.

A partir de todos os acontecimentos, o MST passou a se organizar de modo mais efetivo, e diante de todas as dificuldades resolveu fazer a sua primeira ocupação na Paraíba. Esse marco se deu devido à audiência no primeiro encontro nacional do movimento na cidade de Cascavel – PR em 1984, solenidade essa em que as lideranças que ali se encontravam, decidiram que o único modo do movimento sem-terra fosse reconhecido era por meio das ocupações territoriais. Na Paraíba, a primeira ocupação aconteceu na Fazenda Sapucaia.

Assim elucida Schiochet (2008, p. 36): “do ponto de vista orgânico, a ocupação da Fazenda Sapucaia, projetou o MST como movimento de massa na Paraíba e evitou que tornássemos um grupo de apoio, como era o desejo de muitos assessores dos [outros] movimentos sociais”.

Com base nessa primeira ocupação, o movimento começou a se estabelecer concretamente no campo paraibano. Vale ainda ressaltar que desde o início da trajetória paraibana, o MST contou com o apoio dos outros grupos de movimentos sociais a destacar: as pastorais sociais, o movimento sindical do Brejo, e o apoio do CENTRU (Centro de Educação

e Cultura do Trabalhador Rural). Estas uniões favoreceram com que a primeira ocupação se desse de maneira organizada.

2.2 LUTA PELA TERRA NA MESORREGIÃO DO SERTÃO PARAIBANO: a territorialização do Assentamento Acauã

Inicia-se situando o Assentamento no município de Aparecida – PB. O município de Aparecida – PB localiza-se na mesorregião do sertão paraibano na denominada “depressão sertaneja”. Compreende uma área de cerca 222,7 km², limitando-se geograficamente os seguintes municípios: ao Oeste, Sousa, ao Sul São José da Lagoa Tapada, a Leste São Domingos de Pombal e Pombal, e ao Norte, São Francisco. O mesmo está situado as margens da BR 230. Foi fundado como um pequeno povoado em 1926, ao lado do Rio do Peixe e bifurcação do Rio Piranhas, na fazenda conhecida como “Canto”, numa área doada por Antônio Amâncio Pires (in memoriam) ao patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios.

Em 1927, foi realizada a primeira missa na residência do doador da terra em uma casa que foi demolida poucos anos atrás, e nos dias de hoje se localiza em frente ao posto de combustível da cidade. E foi neste mesmo ano que se realizou a primeira feira livre onde agora há o Cartório de Registro Civil, pertencente à família de Antônio Amâncio Pires.

A partir da feira livre, o povoado cresceu rapidamente, com visitantes de várias regiões, que logo iam fixando residência. Após o povoado ter aumentado significativamente foi dado início a construção da Capela de Nossa senhora da Conceição e em 1945 foi demolida para a construção da matriz com o acréscimo do nome Aparecida que perpetua até os dias atuais, devido a uma promessa por uma devota a esta santa, dando assim origem ao nome da cidade. Com a criação da primeira escola pertencente ao professor José Romero, que lecionava além das disciplinas básicas, música e teatro.

O município de Aparecida passaria a ter sua comunidade assim dito, em 1946, quando assim foi denominada, e em 1962 ela foi emancipada, mais só ficando cidade por 24 horas, o qual foi elevada à categoria de Distrito e só o então governador Pedro Moreno Gondim, indeferiu o decreto legislativo n° 477, que proveniente do projeto 443/61, que criou o município de Aparecida. E foi então, considerada cidade novamente com sua emancipação política e acontecendo o desligamento do município de Sousa.

A cidade foi concebida pela Lei n° 5.896 de 29 de abril de 1994, 106° da Proclamação da República. No dia 3 de outubro de 1996 realizou a sua primeira eleição para prefeito, vice-prefeito e vereadores.

Considerando a inserção do Assentamento Acauã no município de Aparecida-PB, ressaltamos primeiramente, a concepção de identidade utilizada pelo MST, enquanto movimento social, que chega ao campo de ação dos assentamentos como uma forma de reivindicar o direito de acesso/posse da terra, que historicamente vem sendo tomado dessa classe trabalhadora do campo brasileiro.

Nesse contexto de lutas territoriais travadas entre o camponês Sem Terra e o latifundiário e Estado é que a materialização dos fatos acontece.

O MST é então um movimento social, que busca através de suas ações e lutas por uma valorização do que para eles é entendida como nova identidade. Nova identidade, no sentido de que é apenas através da união, coletividade de um movimento que o descaso pelo acesso/posse da terra pode ser solucionado.

Segundo Martins (1994, p. 156), estas famílias apoiadas pelo movimento não querem apenas seu pedaço de terra, mas:

Querem mais que reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. [...] uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais, que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contrapartida de seu trabalho, aos frutos do trabalho. Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação, não os suprime historicamente. A falta de reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis.

Nesse sentido, é preciso continuar querendo ser camponês também não é fácil, pois a realidade vivida num acampamento é bastante difícil. Explicar a resistência pelo universo simbólico cultural não é suficiente. Afinal, estamos a pensar que a necessidade de existência e de reprodução social é maior, pois o acesso à terra poderá lhes garantir a esperança de autonomia e dias melhores. Daí a necessidade de escrever sobre a identidade, modo de vida, memória e o cotidiano daqueles que vivem no Assentamento Acauã.

O início pela conquista do território Assentamento Acauã começou propriamente dita em 02 de dezembro de 1995, quando cerca de 60 famílias ocuparam a Fazenda Acauã, localizada no município de Souza no Alto Sertão da Paraíba com cerca de 470 km da capital e

com uma área de 2.825 hectares. Essas famílias eram apoiadas pela CPT-Sertão que se instalaram por meio de barracas iniciando a luta e construção de resistência por esse território.

O Assentamento se trata de uma região até então produtiva que utiliza vários sistemas produtivos agrícolas mesmo diante a grande escassez de água o principal meio holístico de irrigação nessa comunidade se deu a partir de inovações trazidas pelo sistema de Mandalas, como também de construção de poços.

Este sistema foi um surgimento alternativo de empreendimento produtivo, para o favorecimento de emprego e renda nas comunidades camponesas, essa forma de cultivo tem contribuído para a redução do êxodo rural, e a não degradação dos solos. São meios alternativos de estratégias de subsistências em localidades que coexistem com a falta de água.

Diante disto, é observado que as práticas alternativas são um meio priorizado na agricultura camponesa familiar, que através dela tem empregado pessoas, tem incluído de forma direta para condições sociais que até antes não era inserida, visto que o pensamento muitas vezes era pejorativo para essas pessoas do campo.

A cadeia produtiva de produção familiar é responsável por 10% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e, sua movimentação financeira chega a mais de 160 bilhões por ano e é o setor que representa 2\3 dos postos de trabalhos no campo, equivalendo a milhões de trabalhadores. Ou seja, a maior parte dos alimentos que chegam à casa dos brasileiros provém do campesinato: 67% do feijão, 49% do milho, 52% leite, 84% da mandioca, 40% das aves e ovos e 58% dos suínos (MDA, 2005) atividade é responsável por 25% das terras cultivadas no país (MAYORGA, 2006).

Conforme elucida Simonete (1999, p. 56): “embora se tenha clareza da subordinação dos camponeses à lógica capitalista, não é só isso que se explica a persistência deles em seguir sendo camponeses. Segundo a autora (*ibidem*) persistem nesta luta para reafirmarem seu modo de vida, ligados ao seu universo simbólico cultural”.

Nesse Assentamento, foi observado o campo e levantadas narrativas e memórias, a partir dos depoimentos de vários sujeitos, assentados que fixaram moradia nesse lugar. O lugar foi ocupado acerca de dez anos. Existe, então um pouco de história a contar a respeito da permanente luta pela posse de um pedaço de terra. Ser assentado, estar acampado num território de conflito agrário não é, para a maioria, escolha própria, e sim uma última opção de luta para a realização de seus sonhos.

No tocante aos nomes dados aos assentamentos, em geral, são atribuídos nomes de pessoas importantes que marcaram a história de lutas sociais. A intenção é valorizar e, até mesmo, homenagear os ícones da luta pela terra, daqueles que perderam até mesmo a vida

para assegurar terras a seu próximo. A luta permanente contra o poder do latifúndio para defender os direitos dos pequenos produtores, ou melhor, do camponês, os assentados resolveram lutar e se dedicar a um lema, até hoje seguido pelos movimentos socioterritoriais que é: “terra e liberdade” em oposição ao latifúndio.

O ator mais importante, nesse cenário, são os próprios assentados, todos descendentes de famílias pobres, que encontraram na bandeira da reforma agrária um alento de vida e de dedicação. Assim, essas famílias participam ativamente da emblemática luta na intenção de construir um país mais digno, tendo assim no conflito armado a única solução para a mudança de postura do governo em relação à posse e distribuição das terras no território brasileiro.

Os militantes formaram seu próprio exército, para lutar pelas diversas provocações que o pequeno produtor enfrenta face à ganância de um sistema de valorização das grandes incorporações agrícolas existentes atualmente que é o latifúndio. Salienta-se, neste âmbito, o enfrentamento de grandes problemas no embate com as oligarquias do campo. A forma de viver e de conviver lado a lado com os interesses do capital tornou-se, ao longo desses séculos, sinônimo de conflito e de rejeição.

2.3 O ASSENTAMENTO ACAUÃ: histórias de lutas em sua conquista e permanência na terra de morada e de trabalho

A formação do Assentamento Acauã é resultado da luta realizada por trabalhadores, historicamente excluídos do acesso à terra, relacionado ao processo de formação e consolidação da estrutura agrária da má distribuição de terras no Brasil.

Desde o princípio da colonização, a má distribuição das terras do território brasileiro foi realizada de modo excludente, inicialmente com as capitanias hereditárias e seus donatários e sucessivamente com a doação de terras em sesmarias, originando os grandes latifúndios no Brasil. Nesse sentido, Souza (2003, p. 121) expõe:

A origem da estrutura agrária paraibana está inserida no processo de ocupação e de estruturação do espaço agrário nordestino, lastreada na expansão da monocultura da cana-de-açúcar e da pecuária extensiva. Ambas, absorvedoras de grandes extensões de terras adquiridas por sesmarias ou posse, no contexto do desenvolvimento do capitalismo comercial.

Com a criação da Lei de Terras, nº 601/1854, estabeleceu-se o fim da doação de terras, contudo o acesso à terra passou a ser por meio da compra e venda em dinheiro, atestando a

permanência, em grande escala, do latifúndio e tirando a possibilidade do acesso igualitário a todos de possuírem a terra para produção. Um marco importante para o surgimento das fazendas sertanejas na Paraíba foi à transferência do gado dos engenhos do litoral para o interior do Estado. Segundo Moreira (1990), o motivo para a ocupação do sertão foi à pecuária bovina. A perspicácia dos currais foi fator de grande relevância espacial na conformidade do território estadual.

Para Moreira (1990, p. 10), “durante o processo de ocupação do Sertão Paraibano os rios constituíam as principais vias de penetração. A facilidade de circulação e a distribuição de águas condicionaram a ocupação das margens fluviais e produziram o povoamento de ribeira. Isto é, a instalação de grandes fazendas de gado próximo aos rios”.

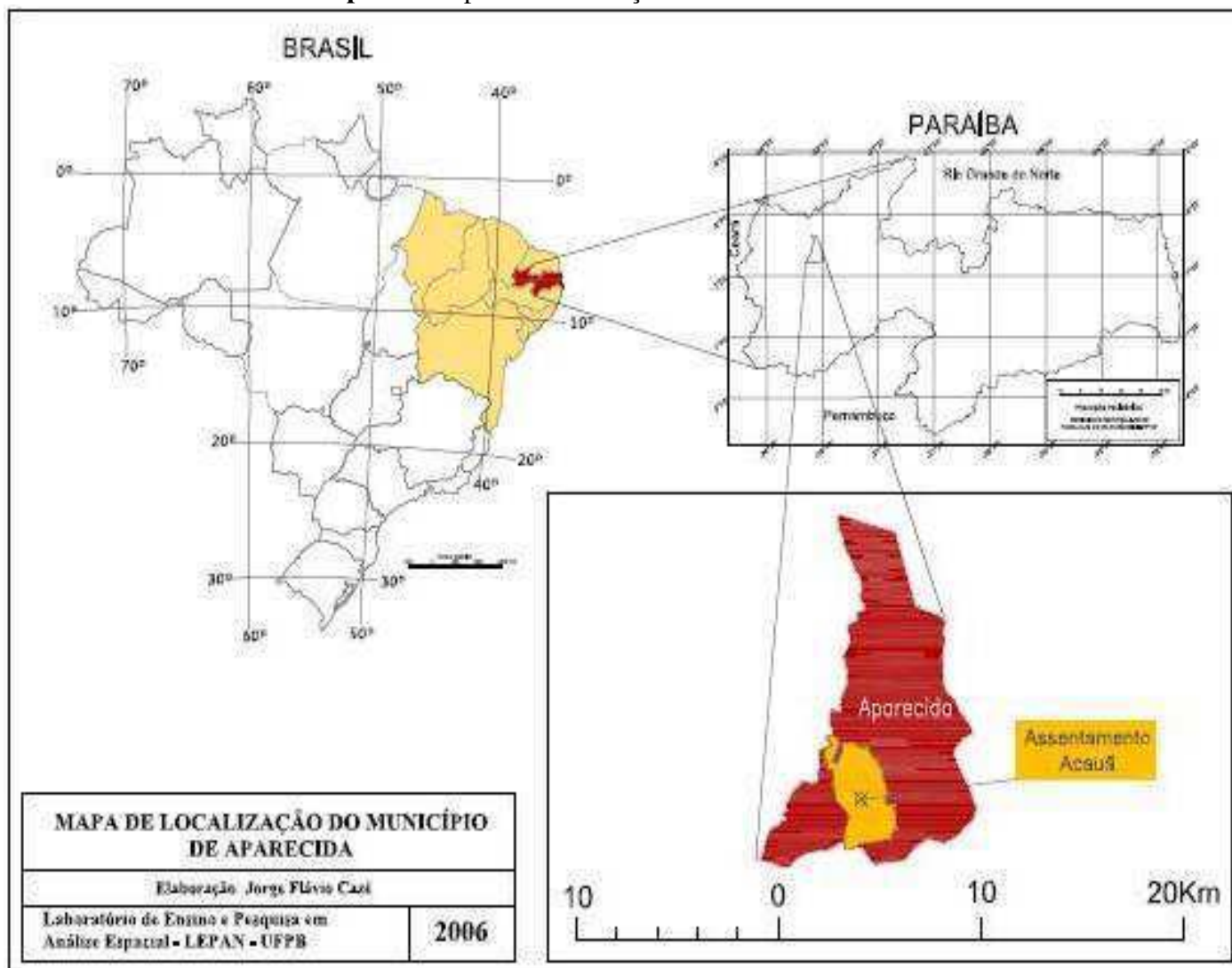
Para tanto, não apenas o gado foi destaque nessa conjuntura, outro produto que fortemente fez parte do processo de consolidação dos grandes fazendeiros latifundiários no Sertão da Paraíba foi o algodão, chegando ao fim do século XVIII, como o produto de maior importância econômica na agricultura paraibana.

Conforme Moreira (1997), a combinação do gado, algodão, policultura, como forma de organização do espaço agrário sertanejo, ganhou notória repercussão até meados do século XX. Contudo, durante as décadas de 1980 e 1990, a agricultura algodoeira, sofreu um exorbitante declínio, uma das causas foi por uma praga conhecida como bicudo. Nesse aspecto, evidencia-se que a policultura era praticada pelos moradores de condição no interior dos grandes latifúndios.

Localizado às margens do rio Piranhas, o Assentamento Acauã teve seu processo de ocupação datado em 1995, quando através do Diário Oficial e dados publicados pelo INCRA-PB, alguns agricultores do Sertão Paraibano, tiveram conhecimento de que a fazenda foi considerada como improdutiva. Para a concretização da ocupação nesta localidade, agricultores de variados Municípios como: Bonito de Santa Fé, Cajazeiras, Triunfo, Sousa, Pombal, Jericó e Catolé do Rocha solicitaram apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para adentrar as terras da Fazenda Acauã. Moreira (1997, p. 178), explana que tal acontecimento se deu em vista do:

[...] conflito de terra, [...] fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência de unidade familiar produtiva.

Mapa 1 – Mapa de Localização do Assentamento Acauã



FONTE: Jorge Flávio Cazé.

A primeira ocupação da fazenda ocorreu no dia 2 de dezembro de 1995. Os agricultores estabeleceram acampamento, neste lugar, aproximadamente por dez meses. Durante esse período, sete ordens de despejos foram emitidas com base nos pedidos de reintegração de posse, realizadas pelos antigos proprietários da Fazenda Acauã.

Foto 1. Ocupação do Assentamento Acauã



FONTE: Atlas da associação do Assentamento Acauã (1996).

De acordo com a coordenadora assentada Socorro Gouveia, no dia 06 de dezembro ocorreu uma ordem de despejo, ocasião em que os assentados decidem montar acampamento na porteira da fazenda, às margens da BR 230. Em 14 de dezembro de 1995, outra tentativa de ocupação da Fazenda foi realizada pelo grupo de agricultores, nessa ocasião os assentados resolveram acampar na frente da Capela tombada pelo Patrimônio Histórico da Fazenda Acauã, visando os interesses arquitetônicos e artísticos estaduais, localizada na fazenda.

O Governo do Estado, ao tomar conhecimento da invasão, determinou imediatamente à saída dos assentados do local, ocasião esta que faz o grupo retornar para as margens da BR 230, onde permaneceram até o dia 31 de janeiro de 1996. Socorro Gouveia relatou ainda que:

A reintegração de posse da terra sempre ocorreu aos antigos proprietários durante as lutas, porque as terras de Acauã pertenciam a um povo muito conhecido na região, gente importante, da política, os primos de Marcondes Gadelha (Deputado Federal), que na época era Secretário de Agricultura do Estado, de grande influência. Eles sabiam que o Canal da Redenção ia passar aqui, daí a persistência de não ceder às terras para nós, então houve todo esse processo de luta. Houve sete despejos, sete prisões (informação verbal)¹.

¹ Socorro Gouveia, coordenadora do Assentamento Acauã, em 25 de fevereiro de 2017.

Durante as ordens de despejo ocorreram diversas ameaças, mas não houve mortes no processo de ocupação da terra. As duas primeiras ordens de desocupação da fazenda tiveram momentos tensos. Inicialmente, vieram 132 policiais, uma ambulância, médico, enfermeiro.

Os policiais chegaram armados e com uma autoridade extrema, um verdadeiro absurdo, coisa desnecessária, pois não somos bandidos, vieram com um oficial de justiça trazendo a liminar de despejo, foi um momento de muita tensão para o agricultor, nossa cultura sertaneja nos faz temer o opressor, no caso foi à polícia que estava molestando. Foi muito difícil segurar as famílias, algumas famílias desistiram, só em pensar que a polícia vinha. Alguns trabalhadores também baixaram a cabeça na hora, foram embora, mas os poucos que ficaram, resistiram, persistiram na luta. Um segundo despejo foi realizado pela polícia Civil. A polícia Federal e a Militar não participaram da ação coerciva. Ainda houve a repressão dos que serviam de moleque de recado, como os chamamos, ou seja, os capangas de outros fazendeiros, os quais fizeram muita pressão conosco (informação verbal)².

O último despejo ocorreu em 19 de setembro de 1996, nesse acometimento foram presas sete pessoas, dentre estas, duas estudantes da Alemanha que realizavam pesquisas sobre o problema fundiário na região, quatro agentes da Pastoral da Terra do Município de Cajazeiras e um agricultor da região.

Foto 2. Prisão das Alemãs no Assentamento Acauã



FONTE: Atlas da associação.

A justiça e a falta de determinação administrativa de alguns dirigentes políticas dos órgãos competentes para proferir a emissão de posse, a fim de tornar possível a criação de um

² Socorro Gouveia, coordenadora do Assentamento Acauã: em 25 de fevereiro de 2017.

assentamento rural ajudam a aumentar à violência no campo, através dos conflitos.

No dia 14 de outubro de 1996, a expedição de posse das terras foi concedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para ocupação territorial de 2.825 hectares da fazenda Acauã, tornando-se o primeiro assentamento do alto Sertão da Paraíba, formado sobre terras privadas.

Grande parte dos “conflitos de terra do Sertão desenvolve-se em torno da área seca de um açude público, ou seja, em função de dois recursos naturais fundamentais à sobrevivência humana no Semiárido: a água e a terra” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 91).

A divisão das parcelas de terras realizadas pelo INCRA-PB, no ano de 1999, organizou o Assentamento Acauã em agrovila, fracionado em 18 hectares de terra para cada uma das 114 famílias assentadas.

Os lotes foram distribuídos por meio de sorteio configurando a seguinte divisão: 15 hectares para sequeiros (terras altas), 2 hectares destinados à criação de caprinos e 1 hectare de terra para prática da agricultura nas terras baixas (baixios), onde são cultivados milho, feijão, algodão, entre outras culturas.

A primeira dificuldade enfrentada no assentamento foi organizar os agricultores para formar a associação. Esse impasse resultou em divergentes ideias, na qual cada agricultor conforme sua filosofia de vida expôs suas considerações a partir de suas experiências vivenciadas.

A grande parte dos camponeses que hoje forma o assentamento possuía anteriormente uma relação de trabalho intrínseca em outras fazendas da região, como morador de condição. Na prática, esse tipo de relação ocorre quando o fazendeiro permite ao agricultor o plantio na sua terra, dando-lhe em troca uma porção da produção. Assim, explana Moreira (1997, p.43), quando afirma que morador de condição se configura como:

Camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário da autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar sua roça. Em alguns casos esses moradores, podiam criar animais de pequeno porte, e utilizar a lenha e a água. Apesar de produzirem para o consumo próprio, obtinham eventuais excedentes, que eram vendidos nas feiras livres. Os moradores de condição eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (cambão), duas ou três vezes por semana. Muitas vezes, além do foro, os moradores de condição ou cambãozeiros, eram obrigados a pagar o cambão.

Os assentamentos oportunizam, portanto, “o acesso à propriedade da terra por parte de

uma população historicamente excluída e que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o fazia em condições bastante instáveis e precárias” (HEREDIA, 2001, p. 68).

Atualmente, a associação dos agricultores do assentamento Acauã se estabelece através de um conselho diretor e um conselho fiscal que coordena a comunidade em geral, junto a ela há comissões que possui autonomia para gerenciar os bens da comunidade (um trator e um caminhão). Nesse contexto, qualquer alteração dos critérios de uso e problemas de ordem financeira, como a prestação de contas, confere a assembleia da associação.

A associação tem a incumbência de coordenar o Banco de Sementes Comunitário que engloba trinta e três famílias, o Projeto de Caprinocultura com sessenta e oito famílias, o Projeto de Suinocultura com três famílias, Projeto Mandala que possui sessenta e três famílias envolvidas e o Projeto de Apicultura com oito famílias. Além disso, possui parcerias com a Pastoral da Criança, Grupo de Consciência Negra, Evangelização e Catequese com o Centro de Estudos Bíblicos, Celebrações acompanhadas pelas Irmãs Missionárias da Sagrada Família, Grupo Cultural Ariano Suassuna, duas agremiações de Futebol e uma agremiação de Voleibol.

É de extrema relevância o papel que assume a associação neste local, sendo um modelo organizacional estabelecido pelos órgãos governamentais de gerenciamento de políticas agrária e social, assim como órgão de fomento. Dessa forma, configura “toda interlocução dos benefícios com INCRA, e com as demais instituições, se dá pela intermediação das Associações” (SOUZA, 2003, p. 164).

O advento da associação no ano de 1997, também favoreceu o recebimento dos créditos de fomento e custeio. No entanto, ainda existe uma vasta lacuna do Estado com relação ao fornecimento de incentivos financeiros e de assistência técnica nos assentamentos rurais no Brasil. Nos últimos anos, as políticas de combate à pobreza rural exercida pelo Governo Federal, procurou estimular os pequenos agricultores por meio de recursos financeiros obtidos em programas de fomento.

No Assentamento Acauã, os incentivos advêm do Programa de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programas desenvolvidos pelo Governo Federal, que fornece continuamente créditos de custeio para desenvolver a agricultura familiar, o que propicia o desenvolvimento e a permanência das famílias que residem neste lugar.

3 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NO ASSENTAMENTO ACAUÃ, APARECIDA – PB E O DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS NO CAMPO

Ao estudar as estratégias de resistência no Assentamento Acauã e o seu desenvolvimento com as parcerias no campo, se faz necessário uma reflexiva compreensão, onde o fato de existir em meio a várias dificuldades e condições para a produção, além dos fatores econômicos e sociais, em que o agricultor rural em assentamentos tidos como esquecidos ou isolados dos centros das cidades como é o caso do Assentamento Acauã, permeia a dificuldade de transporte, uma das queixas mais frequentes por esses produtores.

E nesse contexto, estão diversos agricultores camponeses que de forma instintiva e necessária, criam estratégias de resistência na intenção de trabalhar e ter seu sustento familiar nos meios rurais para garantir sua subsistência e renda, ou seja, sua capacidade socioeconômica nas condições que lhe é proposta pelos meios climáticos ou por qualquer outro fator de resistência que venha ser encontrado, na agroecologia, na comercialização em feiras ou mesmo na comunidade em que esses agricultores vivem a sua forma de resistirem a diversas problemáticas é o que garante a existência desse meio produtivo e comercial rural.

3.1 A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA CULTURAL CAMPONESA

Conforme Caporal (2009), a agroecologia além de cuidar do uso ecologicamente consciente dos recursos naturais, compõe também uma área do conhecimento científico com destaque abrangente, contribuindo assim para que as sociedades possam conduzir a trajetória de seu percurso, modificando as trocas sociais e ecológicas em suas diferentes atuações.

A Agroecologia está conectada a várias ideias, uma delas abordada neste contexto é em relação à agricultura e meio ambiente, portanto concordando com Hecht (p.17. s.d.):

El término agroecología a llegado a significar muchas cosas, definidas a groso modo, la agroecología a menudo incorpora ideas sobre un enfoque de la agricultura más ligado al medio ambiente y más sensible socialmente; centrada no sólo en la producción sino también en la sostenibilidad ecológica del sistema de producción.

A agroecologia compreende uma visão holística em que estabelece relações com o desenvolvimento sustentável e com a agricultura, com pauta ambiental, social, econômico e cultural (BADUE; GOMES, 2011).

Pode-se dizer então que a agroecologia busca de forma natural e consciente o manuseio da terra para se ter alimentos mais saudáveis pensando em sua qualidade como também nos seus reflexos ambientais.

Podem ocorrer tanto práticas individuais, ou mesmo em organizações com outros fins governamentais de preservação ambiental, como também o movimento chamado Camponês a Camponês no ano de 1997, pela intermediação da Associação Nacional de Agricultores Pequenos de Cuba (ANAP), no qual ocorreu uma recuperação da agricultura camponesa, como também de práticas agroecologias assim como compostagem, conjugação lavoura-pecuária, adubos orgânicos, cultivo de plantas medicinais entre outros (ALTIERI; TOLEDO, 2011; WEZEL et al, 2009).

Na atualidade, ocorrem práticas de colaboração entre os camponeses, tanto na sua forma de produzir, como na comercialização, salientando o meio de cooperar existente entre os vizinhos, associações de agricultores, nas feiras, na religiosidade, com os parentes, aos amigos, produzindo uma identidade camponesa que existe na história em tempos remotos, sendo uma reprodução da vida dos mesmos as suas gerações futuras (MARQUES, 2004).

Conforme Toledo e Barrera-Bassolos (2008), as práticas agroecológicas e os saberes da terra são adquiridos de geração para geração por meio das experiências, nessa inter-relação entre cultura e natureza, pautada no manejo apropriado do solo, das águas e plantas.

Desta mesma forma, os conhecimentos obtidos pelos agricultores do Assentamento Acauã são passados de pai para filho, de seus próprios conhecimentos desenvolvidos com o contato e convivência direta com a terra. E não muito distante através de novos meios de capacitação iniciados no ano 2000 pelo INCRA, que passou a dar treinamentos para armazenamento de água e outras formas inteligentes através das mandalas e em cursos pela CPT e SEBRAE visando capacitar esses camponeses.

O camponês como ser agroecológico advém não só do processo histórico, mais do social, e também possui princípios, nos quais constrói o seu dia a dia com a terra, juntamente com suas práticas que se mostram como problemáticas do tipo: econômica, tecnológica, ecológica, cultural e política (ALTIERI, 1998).

Um das características e concepções da produção Agroecológica que se pode apontar a primeiro momento é o aumento e conservação da biodiversidade e em momentos posteriores vem à recuperação do solo degradado, manejo adequado do solo, reabilitação do solo danificado sem o uso de agrotóxicos, colaboração na preservação de águas, plantas e animais entre outros (ALTIERI, 1998).

Em relação às práticas espaciais, pode-se dizer que são ações localizadas que agem diretamente no espaço, podendo modificá-lo em um todo, como também em algumas partes, e até conservar em suas formas e em seu compartilhamento no espaço (CORREA, 2000). O espaço consiste nas interações sociais com a natureza, direta ou indiretamente, que representam as marcas registradas pelas práticas espaciais podendo modificar ou conservar determinados espaços.

No Assentamento Acauã, os camponeses em suas práticas e por meio do aparecimento de pragas costumam realizar em suas plantações para combatê-las com a utilização de pulverizante caseiro, dos quais contem pimenta malagueta, ninho (uma espécie de planta), no qual é triturado e adicionado com detergente líquido neutro.

Outro pulverizante caseiro seria a cinza de lenha, utilizado nas plantações de batata e tomate, como também é usado à mistura do esterco animal e o pó da carnaúba, com a mistura do solo e, ainda existe a tritura do fumo que ficando de molho espera-se “curti” e após alguns dias já pode ser colocado para pulverização contra pragas na lavoura. Além desses meios, os camponeses utilizam em suas plantações uma espécie de composto orgânico que seria uma mistura de: esterco animal, folhas de plantas, casca de frutas, cebola, cinza de lenha, todos com a função de adubagem para fortalecer o solo, segundo os próprios agricultores essas observações devem ser acompanhadas constantemente na aplicação e são fundamentais para o plantio desses orgânicos.

Foto 3. Babosa – Planta medicinal cultivada no Assentamento Acauã



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Foto 4. Cultivo de boldo, canela, erva cidreira, hortelã, malva no Assentamento Acauã



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Neste assentamento, existe o cultivo de plantas medicinais, tanto em coletividade como individualmente, em suas próprias residências para uso pessoal e o uso coletivo com os demais assentados. Nas plantações conjuntas, a prática de plantio ocorre com o fim de aprendizagem aos jovens e a comunidade, e também para pesquisas científicas de estudantes nos mais diversos cursos sobre a prática Agroecológica.

As plantas medicinais como a babosa, o boldo, canela, erva cidreira, hortelã, malva entre outras plantas são cultivadas e têm seus benefícios a saúde comprovado cientificamente, além do seu aprendizado que passado de geração para todos que consomem na comunidade e fora dela.

A utilização agroecológica é sem dúvida um meio salutar de consumo, em que a troca do manejo de pesticidas e inseticidas químicos por pulverizantes caseiros, pode ajudar além da saúde humana de quem consome esses alimentos, também é benéfico o sistema ambiental do planeta, sem dúvida que o aspecto alimentar recebe benefícios desse sistema de produção, pois de forma natural os produtos cultivados, com essa prática, têm uma coloração que difere dos que recebem químicos, e conseqüente se tornam mais nutritivos, evitando diversos problemas de saúde para a sociedade no âmbito global.

3.2 A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA

A produção de cultivo dos camponeses é voltada para o sustento das famílias assentadas, como a necessidade familiar abarca outras carências além da alimentação, o

excesso da produção é comercializado em feiras livres como forma de obter renda extra. Com a comercialização desses produtos nessas feiras livres os camponeses se utilizam dessa renda que é necessária para a compra dos insumos de plantio, ainda por conta do comércio é que em alguns casos, a única forma de se continuar plantando é obtendo essa renda, visto que exige a compra de ferramentas para o plantio além de outras necessidades comerciais como é o caso algumas vezes a compra das sementes. Instintivamente o produtor camponês estabelece preços e condições de negociação para obter rentabilidade financeira de seus produtos.

Esse modo produtivo também conta com problemáticas extra financeiras como é o exemplo do Município de Aparecida – PB, que conta com o fator “seca”, que é constante em sua forma de produção, onde os camponeses tentam vários recursos hídricos como por exemplo a utilização de poços, mandalas na intenção de combater esse fenômeno climático, e continuar produzindo e comercializando suas culturas de plantio.

As fontes de alimentação cultiváveis, durante muito tempo, foram para os camponeses um dos meios de subsistência, que conseqüentemente toca a população de uma região num todo movimentando a economia local e proporcionando uma melhor qualidade de vida para os consumidores dos produtos desses camponeses, por se tratar de uma fonte alimentícia e para os camponeses é um meio de geração de renda com a venda desses produtos.

A comercialização dos produtos plantáveis, é de tamanha importância para a subsistências desses agricultores devido todos os processos serem manuais, ou seja, esses camponeses se utilizam de ferramentas como inçadas, facão, foice, arados, animais como tração e etc. e todos essas ferramentas requerem de algum gasto financeiro, por isso a comercialização desses produtos é preciso e seus gastos são necessários devido aos altos custos obrigatórios para a produção como é o caso da própria compra das sementes em tempos de estiagem e devido a isto eles tendem a ficarem desmotivados com a produção.

Também vale mencionar, a presença de atravessadores comerciantes, que na maioria das vezes desvalorizam os preços dos produtos e, acabam explorando os alguns camponeses comprando em grande quantidade um produto barato. Todos esses fatores, apontados anteriormente, geraram em alguns agricultores um sentimento desvalorativo comercial de seus produtos, o que vem reduzindo consideravelmente a prática e o cultivo desses produtos.

Na cidade de Aparecida no sertão do estado da Paraíba, apesar da grande seca que assola a região, a sua maior fonte de movimentação econômica é a agricultura desses camponeses, onde muitos têm como única fonte de renda a comercialização desses produtos. A cidade conta com uma feira livre onde os agricultores comercializam de forma aberta seus

produtos e chegam a vender a outras cidades circunvizinhas chegando até a distribuir seus produtos e revendem em supermercados da cidade.

A feira livre é realizada aos domingos na cidade de Aparecida – PB, com início às 5:00hs da manhã até 10:00hs, ao lado do mercado público da referida cidade e de forma separada e desorganizada segundo os próprios agricultores na entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2016, além dessa desorganização muitos outros fatores problemáticos são apontados pelos mesmos entrevistados.

Nessa feira possui diversas bancas das mais variadas, sendo elas de alimentos, orgânicos e não orgânicos, em que os vendedores vêm tanto do assentamento Acauã, da cidade de Aparecida, Sousa, Pombal, Gravatá, sítios entre outros, para a venda de seus alimentos. Além de possuir uma variedade e distintos alimentos nessa feira, como a venda galinhas já tratadas, lanches como pasteis, coxinhas, espetinho, caldo de galinha, suco, café, bolo, e ainda possui nessa feira ainda bancas que vendem roupas, brinquedos, calçados, louças, CD e DVD e etc.

As bancas dos agricultores do Assentamento Acauã que participavam da feira livre no qual são poucos, se encontravam guardados em casa de familiares ou em um terreno aberto logo ao lado sendo na mesma rua onde essa feira é realizada, e não possui nenhum tipo de construção nesse terreno.

Foto 5. Feira Livre em Aparecida – PB



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Foto 6. Feira Livre em Aparecida – PB



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Em uma das bancas da feira livre, especificamente a de seu Geraldo que é um agricultor do assentamento Acauã que comercializa coentro, alface, cebolinha, macaxeira, todos esses produtos cultivados em sua propriedade, com o uso de uma balança própria, onde ele utiliza-se de artifícios carismáticos para chamar a atenção de seus clientes.

Como já é conhecido há muito tempo pelas vendas desses produtos chama alguns consumidores pelo seu nome, outros de apelidos dados pela população mais para os clientes novos ele os trata de meu amigo, ou mesmo de algo mais formal como senhor e senhora apresentando sempre seus produtos e comentando de como cultiva-os visando os atrair mais na compra de seus produtos e os tornando fies para a próxima feira.

Foto 7. Barraca de seu Geraldo



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Cabe ressaltar que os agricultores trazem sua plantação para a comercialização nessa feira sem misturas de alimentos comprados de terceiros e sem a utilização de agrotóxicos, também é vendido esse alimento dentro do próprio assentamento. Relata também que se sente um pouco prejudicado pelas pessoas que vem de fora para comercializar na feira, sendo que eles utilizam os agrotóxicos, e seus alimentos se apresentam bem maiores em comparação aos dele sem a utilização de veneno.

Muitos compradores vão para as bancas dos produtos com agrotóxicos por serem mais vistosos em tamanho, muitos também não sabem se usam ou não agrotóxicos e acabam por escolher somente pelo o que é visto.

Na banca de dona Maria do Socorro Fernandes e sua irmã Francisca Fernandes, que são também do Assentamento Acauã, elas comercializam berinjela, alface, cenoura, batatinha, mamão, tomate, laranja, melancia, pimentão, cebola, melão e pimenta. Porém alguns desses alimentos que vão para essa feira não estão sendo plantados atualmente pelas as mesmas, sendo esses produtos trazidos da cidade de Sousa, e por conta disso ocorre uma mistura de alimentos entre os que usam agrotóxicos e os que não utilizam de venenos em sua produção, porém ainda afirma que esses produtos trazidos são sem uso de agrotóxicos, visto que o agricultor no qual elas adquirem esses alimentos planta de maneira a não utilizar veneno.

Foto 8. Barraca de dona Maria



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Foto 9. Barraca de dona Francisca



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

A forma de tratamento com os consumidores de dona Maria, é mais informal e direto, ela os chama pelo nome da pessoa quando as conhece, ou pelo tratamento de você entre outras formas de tratamento regionais como o tu por exemplo. O ponto dessas comerciantes dona Maria e Francisca são duas bancas na qual são colocadas uma encostada na outra e formando uma só, e são guardadas em casa de familiares quando acaba a feira livre. Os produtos são levados em caixotes amarrados e transportados em uma “carrocinha guincho” nas motos para a cidade de Aparecida – PB.

Em relatos das agricultoras que fazem uma observação onde o pimentão plantado em suas plantações recebem água do poço e por este motivo eles são menores do que deveria devido a água está um pouco salgada. Mas mesmo assim elas conseguem uma boa venda onde os seus clientes observam os alimentos, se informando do preço e acabam comprando interagindo rapidamente em conversas paralelas do cotidiano sobre elas e os demais moradores da cidade com informações pertinente aos conhecidos e se estão bem de saúde.

É de extrema importância falar sobre a organização do espaço que os comerciantes ocupam na feira livre, eles mesmos nos seus relatos acham desorganizados, visto que não existe uma fiscalização como antes existia, eles relata que cada um tinha o seu espaço estabelecido nas falas deles dizem: “[...] todos tinha uns risquinhos dividindo [...]”, ou seja, todos tinham uma demarcação e de forma numerada, cada um tinha o seu espaço, devido e igualitário uma ao lado da outra e não da forma como está atualmente de forma espalhada e sem a devida ordem que até mesmo favorecem aos compradores dos produtos na feira e

compromete a fidelização dos agricultores pois eles alternam de lugar quando outro comerciante ocupa o espaço devido ao grande fluxo de transeuntes.

Foto 10. Feira Livre de Aparecida – PB



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Foto 11. Feira Livre de Aparecida – PB



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Nas fotos acima, se observa a grande dificuldade que enfrentam esses agricultores para poderem expor seus produtos, além da precariedade no transporte dos mesmos, a falta de estrutura adequada impossibilita uma evolução significativa na venda de seus produtos, que muitas vezes os gastos com frete e insumos chegam a superar o lucro de alguns produtos, ficando assim muito deles desmotivados a comercialização da feira livre, e de forma coletiva

se organizando para as feiras frequentes em outras localidades, onde possam expor seus produtos de forma a não terem prejuízos pelos gastos necessários.

Por conta dessa problemática, a organização que tiveram esses produtores em expor seus produtos sem o uso de agrotóxicos na feira agroecológica, fazendo assim um diferencial para os seus compradores, os quais tem a certeza que esses produtos não contêm venenos para o combate de pesticidas ou pragas no plantio. E de forma ordenada, a feira agroecológica é realizada todos os meses, como será abordado no próximo capítulo.

3.3 A FEIRA AGROECOLÓGICA NA CIDADE DE APARECIDA

Como estudado anteriormente, o sistema agroecológico é o meio de produção agrícola que não utiliza agrotóxicos em seu plantio. Essa nova tendência de cultivo em produtos saudáveis tem expandido em todo o mundo, porém algo a ser notado é que se observa uma presença fixada em cidades do interior de diversos estados, onde produtores, associações, cooperativas entre outros órgãos estão cada vez mais aderindo essa forma de cultivo.

Sem sombra de dúvida, os produtivos agroecológicos tendem a trazer diversos benefícios, dos quais a necessidade de consumo tem aumentado bastante, e por questões como essas, o camponês encontrou uma forma complementar de renda através do pequeno plantio.

Os mesmos, na maioria das vezes, tendem a enfrentar diversos problemas para a continuidade de produção desses insumos, e a sua comercialização também tem sido cada vez mais encontrado dificuldades, mesmo com uma procura cada vez maior pelos consumidores desses produtos agroecológicos.

A produção agrícola baseada na agroecológica é objeto de estudo aqui pesquisado no município de Aparecida – PB, a sua produção e comercialização através de uma feira realizadas por agricultores de um assentamento da cidade e de alguns produtores de outras localidades serão pesquisados e analisando todos os aspectos socioeconômicos e produtivos nesta feira iremos entender todo o processo produtivo e suas características econômicas para os produtores aqui estudados.

A reabertura da feira agroecológica foi realizada no dia 01 de setembro de 2016, visto que, especificamente em 2012, já teria acontecido uma iniciação de abertura da feira, porém por diversos motivos, teve que ser interrompida, ficando parada por 4 anos até o ano de 2016, onde assentados da Reforma Agrária sendo eles Acauã, Floresta, Angélica II e Várzeas de Sousa, a partir do envolvimento em média de 15 famílias, em seu processo de inserção da

agricultura familiar no mercado de produtos inteiramente orgânicos, foi possível a criação dessa alternativa de geração de renda no ambiente rural de Aparecida.

A feira agroecológica é realizada todos os sábados a partir das 5:00h da manhã e vai até o seu fim as 10:00h, essa feira é realizada em frente à igreja matriz da cidade (Nossa Sra. da Conceição Aparecida). Esses agricultores familiares, para se articularem nesse espaço de comercialização de produtos orgânicos, tiveram fruto da articulação proporcionada pela Rede de Cultivos Agroecológicos e o Território Vale do Piranhas, que agrega o campesinato e as organizações de assessoria deste público, como: NAESP, NEDET, Vale do Piranhas, EMATER, SIMTRAF, Secretaria municipal de agricultura de Aparecida, CMDRS, CPT Sertão PB, IFBDS, através do Projeto de Fortalecimento de Redes ECOFORTE/FBB/BNDES.

Os agricultores se apresentavam na feira com as barracas organizadas e bem apresentadas, com os aventais adequados, exibindo e divulgando o nome da feira agroecológica, também utilizavam as embalagens de sacolas devidamente adequadas, além de outros equipamentos necessários, como: balanças e caixas. Esses equipamentos eram bem divididos para cada agricultor comercializar seu produto que apresenta alimentos mais saudáveis sem o uso de agrotóxicos.

Foto 12. Abertura da Feira Agroecológica de Aparecida – PB



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmento

Foto 13. Abertura da Feira Agroecológica de Aparecida – PB



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento

Foto 14. Vendedora da Feira Agroecológica de Aparecida



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento

Foto 15. Feira agroecológica: Saúde na mesa



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Foto 16. Feira agroecológica: Saúde na mesa



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento







Inicialmente contou-se com seis bancas. A primeira possui os produtos banana, mamão, berinjela, laranja, maxixe, coentro e cebolinha; na segunda barraca tinha doce de mamão, doce de coco, doce de leite, bolo, torta, tapioca, café, suco; a terceira era composta por (banana, macaxeira, feijão); já na quarta barraca tinha acerola, limão, caju, mamão, macaxeira, pimenta, alface, coentro; na quinta barraca possuía coentro, alface, cebolinha, cenoura, acerola, pimentão, pimenta; e a sexta barraca apresenta coentro, cebolinha, macaxeira, feijão.

Em todo o momento, os agricultores entusiasmados chamavam os clientes para suas bancas, e antigos compradores para obterem seus alimentos. Eles falavam de seus produtos e apresentavam a qualidade do não uso de veneno na produção, e como resposta de seus compradores eram sempre o desejo de satisfação pela realização da feira agroecológica, os agricultores divulgavam lançando sempre o pedido aos clientes que retornassem e que os mesmos divulgassem a seus vizinhos e conhecidos explicando os benefícios que os produtos sem agrotóxicos causariam pela qualidade e por serem saudáveis.

Nesta pesquisa foram traçadas características específicas destes agricultores/comerciantes da feira agroecológica. Assim, foi adotado questionários a pesquisa qualitativa e quantitativa dessas informações obtidas e, através do diagnóstico socioeconômico se pôde observar os reais benefícios da feira agroecológica para os produtores e toda a população de Aparecida – PB. Aqui, foram estudados seis agricultores/comerciantes da feira, que no dia da aplicação dos questionários comercializavam produtos que sofrem mudanças de acordo com as problemáticas encontradas durante todo o

processo de produção e comercialização. Abaixo, segue a tabela dos respectivos produtores e produtos pesquisados.

TABELA 1 – Características de comercialização dos produtos agroecológicos

PRODUTORES						
	PRODUTOR 01	PRODUTOR 02	PRODUTOR 03	PRODUTOR 04	PRODUTOR 05	PRODUTOR 06
VERDURAS E LEGUMES	*Alface Crespa *Coentro *Cebolinha *Tomate Cereja *Pimentão *Berinjela *Quiabo	*Milho Vede	*Coentro *Machiche *Abobrinha *Berinjela *Pepino	*Alface *Crespa *Coentro *pimenta de cheiro *pimentão *feijão verde *milho verde		*Alface *Crespa *Coentro *Cebolinha *Pepino
RAÍZES E LEGUMINOSAS		Mandioca		Mandioca		Mandioca
FRUTAS	*Acerola *Goiaba	*Banana *Manga	*Limão	*Acerola		
OUTROS	*Ovo *Leite				Bolo Cocada Queijo Café centavos Empada	
VALOR FEIRA AGROECOLÓGICA	47% + BAIXO	36% + BAIXO	48% + BAIXO	43% + BAIXO		46% + BAIXO
	52% + BAIXO	30% + BAIXO	42% + BAIXO	60% + BAIXO		32% + BAIXO
	28% + BAIXO	18% + BAIXO			20% + BAIXO	
VALOR CONVENCIONAL	47% + ALTO	36% + ALTO	48% + ALTO	43% + ALTO		46% + ALTO
	52% + ALTO	30% + ALTO	42% + ALTO	60% + ALTO		32% + ALTO
	28% + BAIXO	18% + ALTO			20% + ALTO	
Valor percentual Reduzido TOTAL	127% TOTAL	81% TOTAL	90% TOTAL	103% TOTAL	20% TOTAL	78% TOTAL
				VALOR MÉDIO REDUZIDO		83,16% TOTAL

Um CUSTO REDUZIDO MÉDIO DE 83,16% NA RENDA FAMILIAR COM A COMPRA DESSES PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA AGRO ECOLÓGICA DE APARECIDA-PB

* PRODUTOS SOFREM VARIAÇÃO DE ACORDO COM OS MÊS DE PRODUÇÃO E ESTAÇÃO PARA COLHEITA E COMERCIALIZAÇÃO

FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Em uma análise detalhada desta tabela, pode-se observar muitos fatores relevantes a serem abordados. O primeiro fator seria a quantidade de produtos comercializados na feira agroecológica, na qual a quantidade sofre variação de aumento e diminuição, de acordo com o mês de plantio e colheita dos produtos, ou até mesmo do horário de compra dos mesmos, visto que muitas vezes logo cedo inicia-se a comercialização.

Possui ainda um fator bastante importante em questão da comparação de preços entre os produtos convencionais com agrotóxicos comercializados em supermercados e feiras livres, e os produtos comercializados na feira agroecológica de Aparecida – PB.

A economia média nessas mercadorias agroecológicas chega a 83,16% mais barato no dia da feira para os clientes, em comparação aos mesmos alimentos comprados esses com o uso de agrotóxicos em outros lugares de comercialização.

As frutas são campeãs no quesito economia chegando a 60% mais baratas que nos comércios exteriores aos da feira. Já na categoria de (outros) produtos, essa economia alcança o seu patamar em algumas mercadorias em apenas 28% do preço convencional de outros lugares. Sem sombra de dúvida, a economia local sofre grande impacto na realização da feira agroecológica, que de forma direta e indireta movimentam o comércio local.

O perfil desses produtores pesquisados tem características sócio econômicas bem peculiares, o que em análise nos chamou atenção pela semelhança entre eles e pelos desequilíbrios aos respectivos gêneros. Na figura abaixo representa-se melhor as características mencionadas.

Figura 1. Características socioeconômicas dos agricultores



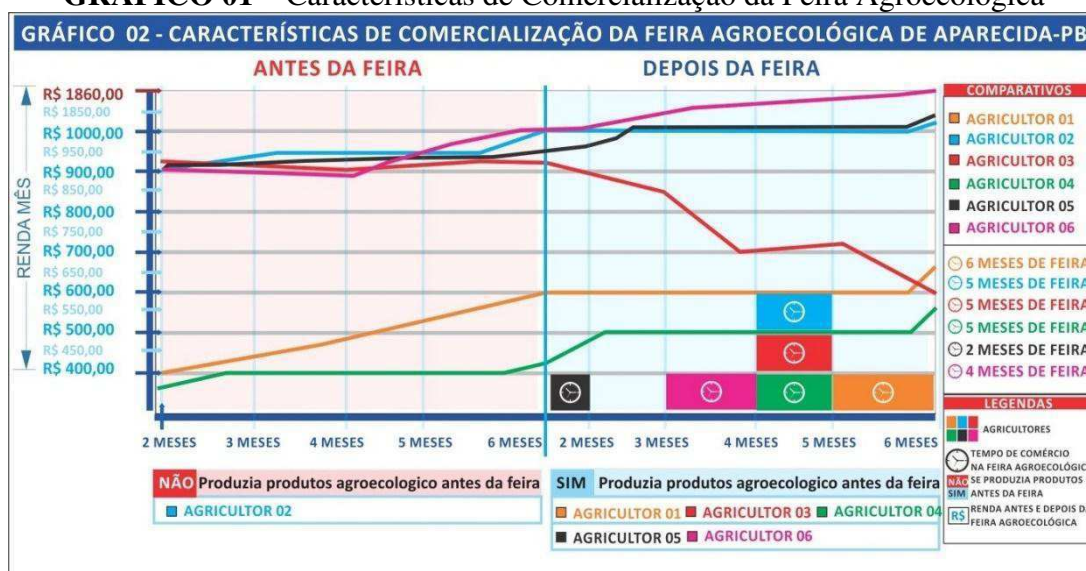
FONTE: Questionário qualitativo. Pesquisadora Andressa Sarmiento

Nessas características gráficas apresentadas, pode-se notar, em comparação ao gênero masculino/feminino, que os fatores idade e escolaridades são completamente diferentes e desfavoráveis para o sexo masculino. Constata-se que as mulheres produtoras e comerciantes são mais novas que os homens, e que elas também têm uma instrução escolar mais elevada em

comparação ao sexo oposto. É perceptível que a mulher tem sido cada vez mais geradora de renda familiar, no trabalho da produção agrícola do assentamento, e que ela tem se qualificado mais a respeito dos homens, que muitas vezes não participam de treinamento e orientação, devido queixar-se de pouca escolaridade. Ainda foi possível observar muitas semelhanças dos entrevistados, a quantidade de pessoas na família é compatível, mas vê-se que todas as mulheres têm moradia própria, enquanto alguns dos homens não as possui.

As características econômicas, da Feira agroecológica, são significativamente positivas, visto que a obtenção de renda e, respectivamente, o lucro é o principal fator que leva esses agricultores a comercializar seus produtos.

GRÁFICO 01 – Características de Comercialização da Feira Agroecológica

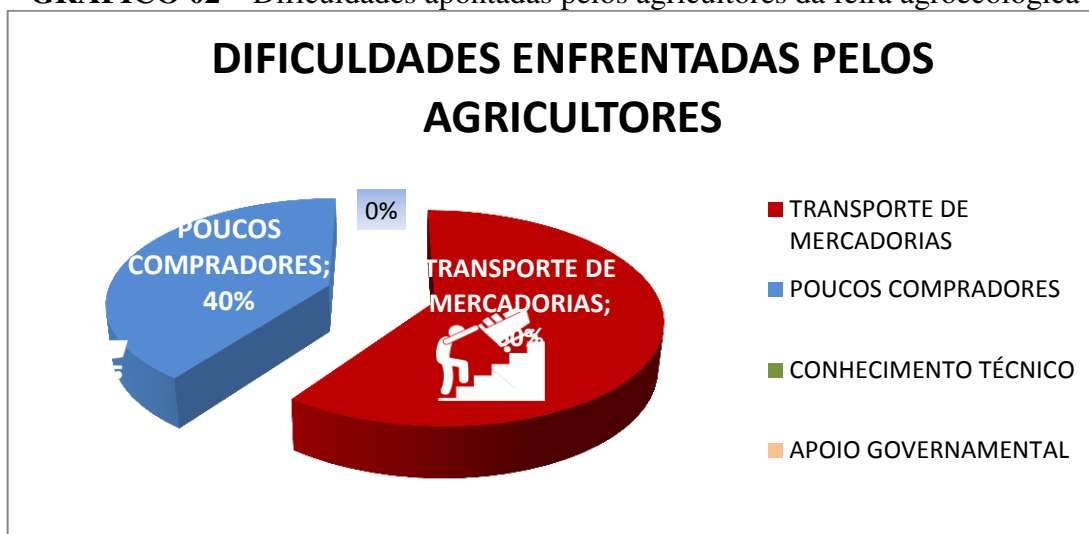


FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento

Ao analisar as características de comercialização, dividimos a renda dos agricultores entrevistados no antes e no depois da realização da feira agroecológica, e pontuamos o tempo de comercialização na feira desses produtores. Observamos que mesmo sem incentivos financeiros por parte de alguns órgãos governamentais para a permanência da feira, os agricultores ainda são beneficiados economicamente pela comercialização da feira agroecológica de Aparecida – PB.

Ao pesquisar o agricultor 03, percebe-se que ele sofreu uma queda financeira representativa, devido à dificuldade de locomoção até a feira, e a estiagem, que reduziu em muito sua venda, mas o fator principal é que esse mesmo produtor comercializa seus produtos a moradores locais do assentamento, o que diminui a quantidade vendida para esses insumos.

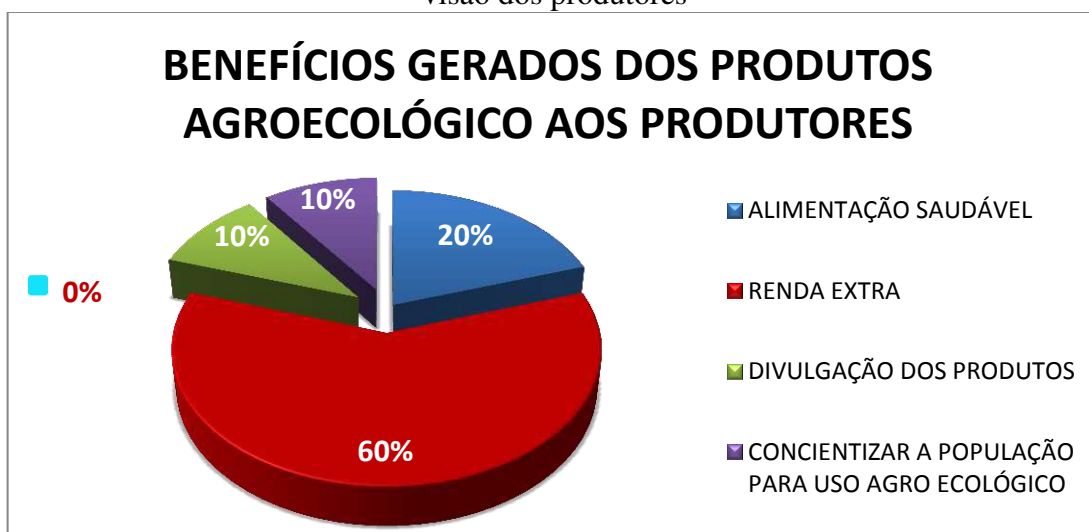
GRÁFICO 02 – Dificuldades apontadas pelos agricultores da feira agroecológica



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmento.

Apesar da grande problemática ser a seca, e conseqüentemente, a própria escassez de água, a maior dificuldade apontada pelos agricultores, no âmbito do momento da feira em si, é o transporte de mercadorias que eleva os seus custos consideravelmente, e que compromete até mesmo a qualidade do produto, quando não são bem transportados. Mas, a exigência de mais compradores é outro fator a ser levado em consideração, a divulgação de realização da feira precisa ganhar mais apoio midiático, tanto dos próprios compradores quanto pelos órgãos participativos da feira agroecológica.

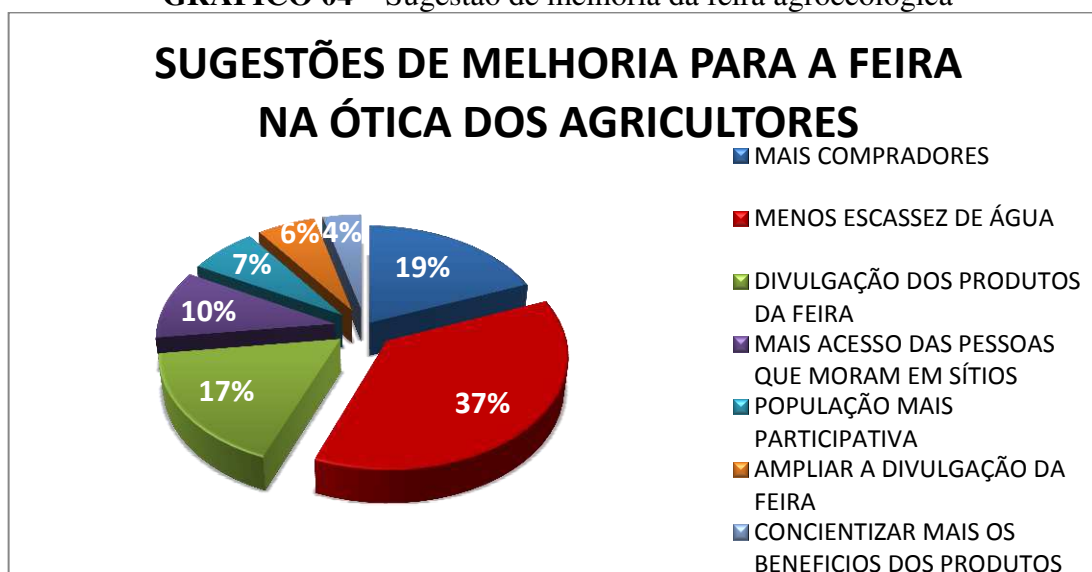
GRÁFICO 03 – Benefícios da venda dos produtos comercializados na feira agroecológica na visão dos produtores



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmento.

Os benefícios gerados a esses produtores são vários mais alguns apontados por eles em entrevista são primordiais na visão dele, com 60% dos entrevistados apontaram a renda extra como maior benefício para eles, ficando em segundo lugar com 20% a alimentação saudável e 10% a divulgação de seus produtos aumentando a gama de compradores e os outros 10% a conscientização para a população do consumo de produtos livres de agrotóxicos. Observa-se que na visão dos produtores, eles se preocupam com o consumo de seus produtos e com a qualidade dos mesmo para seus consumidores.

GRÁFICO 04 – Sugestão de melhoria da feira agroecológica



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Na ótica dos agricultores da feira agroecológica, ao responderem os questionários, muitos fatores de melhoria poderiam receber o apoio dos diversos órgãos/agentes responsáveis pelo desenvolvimento da cidade a benefício da conservação e ampliação da feira agroecológica. Observa-se que o maior fator em destaque, com 37% das requisições, foi a escassez de água, muitas vezes a realização da feira é comprometida por esse fator, chegando até, não ser realizada ou adiada por conta da seca, meios inteligentes de irrigação e políticas públicas precisariam apoiar os produtores no cultivo dos alimentos, em uma visão de comercialização e no uso em órgãos licitatórios como escolas, repartições públicas, etc.

Para isso, precisaria de apoios de capacitação e gestão para se encaixar uma formalidade, e incentivo nesses métodos de irrigação e aproveitamento da água de maneira inteligente. Outro fator ensejado pelos agricultores, de maior incidência, foi o desejo de mais compradores, como visto, é um pedido também predominante. Para que isso pudesse acontecer, era preciso ter a frequência de existência da feira e o problema fator da escassez

serem superados, visto que muitas vezes a feira é adiada ou não realizada, e isso causa uma incerteza para os compradores, e quando se tem a realização da mesma, a divulgação é por meios dos próprios agricultores, falando ou pedindo que os compradores divulguem.

Deveria ser montado o calendário anual, onde seria divulgado claramente os dias, com uma cartilha explicando os benefícios dos produtos e sua forma de cultivo, e por meio das rádios locais, deveria ser exposto claramente a população através de entrevistas e depoimentos dos compradores. Diante disso, observa-se, em sequência, o próximo fator mais incidente com 17%, é a divulgação dos produtos, os órgãos participativos e colaboradores devem ter um papel de orientação de marketing e midiático, e por meios de apoios/patrocínios conseguirem investimentos locais para auxílio de um material de qualidade de Merchant desses produtos, deve ser levado em consideração o critério publicidade comercial a sério visto que é uma forma de comercialização.

Um fator a ser levado em consideração é de mais acesso as pessoas que moram em zonas rurais do município, com 10% esse fator faz toda a diferença em outros fatores apontados anteriormente, visto que a população rural em Aparecida é maior que a urbana, como abordado em capítulos anteriores, e muitos moradores desses sítios poderiam ter um papel crucial na feira agroecológica, seja na utilização e comercialização em algum produto novo na feira ou por meio de eles comprarem esses produtos, mais para isso o acesso a feira é muitas vezes inviabilizado e a pouca divulgação só chega à cidade excluindo os pequenos sítios e por meio do boca a boca, eles ficam sabendo quando já tem passado a realização da feira, observa-se o grande desejo desses compradores em potencial, mas devido a distância e forma de locomoção chegam muitas vezes, quando a feira já tem acabado ou quando pedem antecipadamente a reserva desses produtos e os produtores guardam esses alimentos esperando esses compradores.

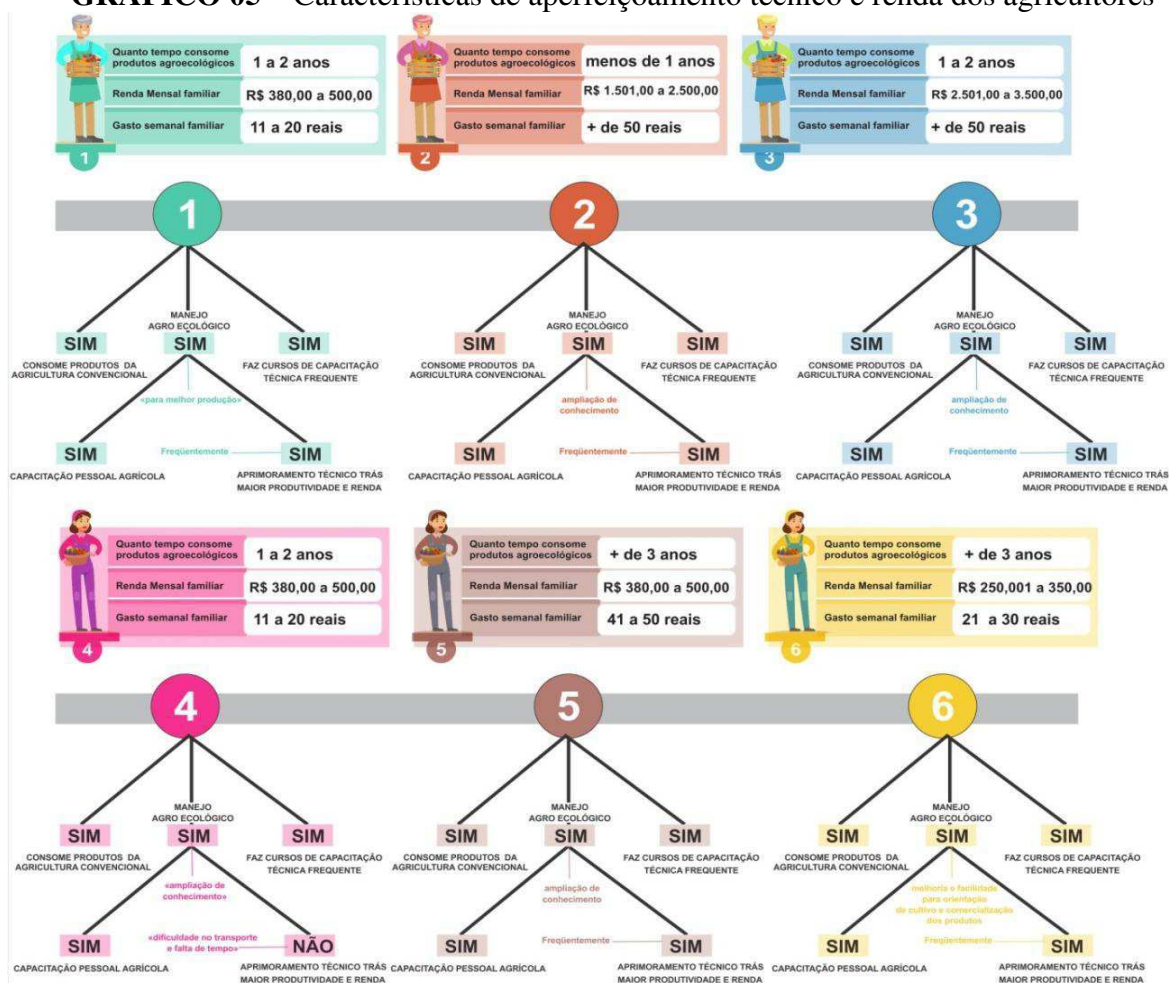
A participação de toda a população torna-se fundamental para a movimentação econômica e desenvolvimento social, daí o próximo fator com incidência de 7% na opinião dos agricultores ser primordial, onde a população ter mais efetividade, seja na divulgação boca a boca, quanto na simples requisição de continuidade da feira, o apelo popular tem muito de seus efeitos para órgãos/políticas públicas, que atuam de maneira efetiva na qualidade e ampliação da feira agroecológica.

A conscientização da população em consumir os produtos sem o uso de agrotóxico é algo de saúde pública visto que o uso desses venenos agrícolas tem ocasionado diversas doenças onerando os gastos na saúde, e deixando precário o sistema de saúde do país. E conseqüentemente, mediante aos fatores abordados anteriormente, o próximo fator terá seu

papel crucial para melhoria da feira agroecológica, com a incidência de 6%. Os agricultores observaram a necessidade de ampliar a divulgação da feira, para além dos horizontes do município de Aparecida, mas como abordado anteriormente todo um processo de modernização e gestão tem que ser visto e revisto para que esse fator tenha seu objetivo realizado. E por fim como fator menos requisitado pelos agricultores mais não menos importante foi a conscientização de todos os meios possíveis sobre os benefícios de seus produtos.

O acesso ao conhecimento em escolas, políticas de governo e meios informativos de saúde de hospitais, é algo a ser considerado e conseqüentemente forma habitual de uma vida saudável. Consumir produtos nessa linha salutar requer o desejo habitual da população, ou seja, o hábito alimentar do brasileiro é péssimo, e precisa ser visto e revisto a todo momento para uma mudança de hábito saudável.

GRÁFICO 05 – Características de aperfeiçoamento técnico e renda dos agricultores



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Ao observar graficamente o aperfeiçoamento técnico e sua renda familiar mensal, pode-se notar que existe um desnível significativo nas rendas familiares desses agricultores. Observa-se que os agricultores 1, 2 e 3, do gráfico do gênero masculino, consomem produtos agroecológicos sendo que o agricultor 2 é o que tem menos tempo de consumo, ou seja, eles aderiram em seu hábito alimentar esses produtos, já os 1 e 3 consomem sem exatidão de 1 a 2 anos esses produtos sem agrotóxicos o que já tem habitualidade mais frequente.

Na observação das rendas mês desses agricultores nota-se também um desnível onde o agricultor 1 é o que menos tem renda, cerca de R\$ 300,00 a 500,00 reais, enquanto que o agricultor 2 tem de R\$ 1501,00 a 2,500,00, o que é considerado um valor estável para a zona rural, e o agricultor 3 apresenta uma maior renda dos demais, cerca de R\$ 2.501,00 a 3.500,00, também considerado uma renda estável para zona rural. Cabe aqui ressaltar que os agricultores 1 e 3 tem cerca de 3 pessoas que residem em sua casa, e o agricultor 2 tem 5 pessoas residindo em sua casa, em uma análise geral é considerada todas as rendas precárias para as condições de vida necessárias, ou seja, toda renda extra é bem-vinda por esses agricultores.

Analisando as agricultoras 4, 5 e 6, do gênero feminino, observou-se também que elas têm alguns desníveis nesses quesitos mencionados. A agricultora 4 consome menor tempo com os produtos agroecológicos de 1 a 2 anos, já as 5 e 6 consomem a mais de 3 anos os produtos sem veneno. Ao analisar graficamente a renda delas, a 4 e 5 tem a menor renda com cerca de 300,00 a 500,00 reais por mês, enquanto a 6 tem uma renda mensal de 250,00 a 350,00 reais, ou seja, todas são consideradas baixas, fazendo o comparativo com os residentes familiares, as agricultoras 4 e 6 tem 3 pessoas residentes na casa, enquanto a agricultora 5 tem habitando 5 pessoas no total. A partir desses dados, evidencia-se uma conclusão de que todas as rendas são baixíssimas e suas condições são precárias, comparando a média de renda financeira do Brasil.

Cabe, de extrema importância para essa pesquisa e informação, aqui mencionar que nenhum desses entrevistados são parentes ou tem grau de parentesco de 3º grau, isso para que seja analisado a junção dessas rendas, todas essas informações são específicas para cada família.

Ainda analisando a renda, é de muita valia, para esse estudo, mostrar as condições sócio financeiras desses agricultores, para se fazer um comparativo dos gastos médios semanais desse público, no qual constatou-se que os agricultores 1 e 4 tem o gasto semanal de 11 a 20 reais, os agricultores 2 e 3 de mais de 50,00 reais, o agricultor 5 tem de 41 a 50 reais e o agricultor 6 tem seu gasto semanal de 21 a 30 reais. Esse estudo do gasto semanal tem a

importância de saber se os agricultores gastam mais do que conseguem arrecadar, e se são desorganizados financeiramente. Nesse caso, constata-se que eles são organizados financeiramente, e apenas gastam o necessário com os produtos de primeira necessidade. Em análise geral, as rendas desses agricultores são muito precárias e a feira agroecológica é um auxílio fundamental na existência dessas famílias.

Na análise de capacitação técnica, a maioria apresenta essa característica para o manejo e cultivo dos produtos agroecológicos, pois frequentemente participam de cursos de aperfeiçoamento, tem o desejo contínuo para aperfeiçoar-se, mesmo enfrentando as dificuldades financeiras para estarem nesses cursos e para trazer a população de Aparecida – PB, um alimento saudável sem o uso de agrotóxico. Observou-se que todos eles, além da capacitação pessoal como agricultores, possuem um papel social e conscientizador para a melhoria do município, e merecem total apoio aqui por eles requisitados. Essa pesquisa não visa apenas apresentar a feira agroecológica, mas pretende orientar a população para usar os produtos agroecológicos e conscientizar esses cidadãos de que o agricultor rural tem um papel fundamental na economia local. Contudo, não tem o apoio necessário para os meios de produção, seja agroecológico ou convencional.

4 ENTIDADES PARCEIRAS DO CAMPESINATO NO ASSENTAMENTO ACAUÃ

Neste capítulo, apresentar-se-á as transformações que ocorrem nas formas de organização do trabalho e de produção, do nível de renda, emprego e produtividade dos camponeses, ligadas a questão agrária. Analisar a função que a agricultura realiza neste sistema e, especialmente, o impacto redistributivo que ela pode ter externo de suas fronteiras.

Assim, a abordagem explanará sobre as entidades parceiras do campesinato, enfatizando as políticas públicas para o campo brasileiro, com aporte para a assistência técnica e creditícia, bem como mostrará as ações da Comissão Pastoral da Terra face ao apoio da agricultura familiar. São relatadas as lutas iniciais em áreas públicas e a própria criação da CPT no alto sertão da Paraíba, mostrando a relação desta entidade com os camponeses e suas principais vitórias em áreas públicas. Expõe-se às lutas em áreas privadas iniciadas no ano de 1995, ressaltando a luta de Acauã, como também, os limites e desafios à produção e à comercialização no Assentamento Acauã.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO BRASILEIRO: a assistência técnica e creditícia

O surgimento de assentamentos é resultado do movimento nacional de luta pela terra, refletida a antiga condensação fundiária existente no Brasil. No entanto, somente a obtenção dos assentamentos não soluciona uma desapropriação camponesa da terra, já que, para permanecer nesse cenário, os sujeitos envolvidos nos conflitos sociais enfrentam uma grande massa de adversidades.

Nesse sentido, os diversos problemas apresentados após a conquista da terra, enfatiza-se como fator principal desse contexto a pobreza em que se defrontam esses camponeses no decorrer do processo de luta, a demora dos órgãos responsáveis em adotar esses espaços de infraestrutura adequada, o desgaste ambiental gerado pelo uso inadequado do solo em situações antecedentes, entre outros. Nesse âmbito surgem as políticas públicas para o campo brasileiro, mediante a assistência técnica e creditícia, mais precisamente através ações do PRONAF e do Cooperar, tendo em vista compreender a importância dessas políticas públicas para a melhoria das condições de vida dos camponeses que vivem em áreas de assentamentos rurais.

O Estado brasileiro, nas últimas décadas, desenvolveu políticas para amenizar a pobreza campesina. Para atenuar esse agravo social foi criado o Programa de Apoio ao

Pequeno Produtor (PAPP), em 2 de abril de 1985, em acréscimo aos seus propósitos consolidando-se ao PRONAF, em 28 de julho de 1996. Esses dois programas foram concebidos para atender diretamente os trabalhadores rurais, cujos recursos são oriundos do governo federal, como relutância da articulação de interesses estratégicos do sistema político brasileiro e excedente do capital internacional, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird (LIMA,2010).

É importante salientar que as políticas públicas implantadas na Paraíba, nesse cenário, devem ser compreendidas em suas singularidades, considerando as raízes históricas que fizeram do Nordeste uma região que detém, na totalidade de suas mesorregiões, contextos associados à pobreza. A introdução de políticas públicas defronta-se com quadros de desigualdades sociais cada vez mais profundos.

A discorrer sobre essa problemática, Guimarães Neto (1997, p.46) acentua: “De uma periferia no interior da economia capitalista mundial, como o conjunto do Brasil, o Nordeste transformou-se em um espaço periférico no interior da economia nacional, no quadro mais geral das transformações ocorridas”.

Para tanto, os programas de combate à pobreza destinados às áreas de assentamentos no Nordeste objetivam, em suma atenuar o pauperismo através da oferta de crédito e do desenvolvimento de projetos geradores de renda para as famílias camponesas, contribuindo, dessa forma, para que esses espaços configurem melhores condições de vida.

Os programas de apoio, especificamente o Cooperar, introduziu projetos nos assentamentos rurais, especialmente nas áreas que apresentam baixo índice de tecnicidade, associado ao uso inadequado de tecnologias, em decorrência dos fatores da fome, como também a segregação e morosidade política que afetam essa demanda mais que as próprias consequências naturais ou físicas, passando no cenário vigente a serem vistas como dilemas sociais (LIMA, 2010).

Conforme afirma Lima (2010, p. 187-188):

[...] o programa Cooperar não contempla uma linha de atuação específica para os assentamentos rurais, sendo bastante reduzido o número de projetos destinados a essas áreas na Paraíba. No período de 1998 a 2004, de um total de 3.187 projetos implantados no estado pelo Cooperar, apenas 88 foram destinados a áreas de reforma agrária, ou seja, 2,76%. [...] em contrapartida, os projetos produtivos e sociais somam juntos apenas 11% do total, demonstrando a baixa atuação dessa política para a melhoria da renda e da qualidade de vida dos camponeses.

Concernente ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, sabemos que ele possui vários grupos destinados a agricultores em diferentes estágios de desenvolvimento; dentre eles, os grupos A e A/C são destinados especificamente a agricultores oriundos de áreas agrícolas reformadas. O PRONAF A é destinado as famílias que acabaram de receber a terra e precisam montar toda a infraestrutura básica para iniciar a produção, e o PRONAF A/C é destinado aos produtores que estão em uma fase de transição. Ou seja, os que recorrem ao crédito destinado ao grupo A/C já receberam os investimentos do grupo A e, agora, precisam de novos recursos para dar continuidade à produção.

No cenário paraibano, essa realidade é maciça, especialmente no interior, isto é, na sub-região do Sertão, onde se localiza o município de Aparecida, ambiente da pesquisa. Compreende-se, que a região semiárida do Nordeste atravessa períodos de extensas estiagens durante quase todo o ano, se fixando, nesse ambiente, diversas dificuldades, necessitando serem enfrentadas constantemente pelos agricultores, na busca por elementos alternativos para tecer sua renda.

Os recursos tecnológicos hodiernos e seguros, destinados as regiões que sofrem com baixos níveis pluviométricos, concebeu-se um sistema de irrigação usado para economizar água e proporcionar reduzido índice de evaporação, uma vez que é muito alto nessa região.

Conforme Almeida (2006), o desenvolvimento tecnológico e sustentável trouxe implicações diretas na exploração dos recursos naturais e no equilíbrio socioambiental. As mudanças exigidas para a preservação do meio ambiente relacionadas à produção agrícola deverão privilegiar as relações do homem com o campo e o meio ambiente, trazendo benefícios à comunidade rural, pois, o que se percebe na agricultura convencional é uma lucratividade que traz, como uma de suas consequências, a disparidade econômica e social entre os produtores diferente da agricultura familiar.

Como assinala os conselhos nacionais de saúde, que abordam a questão agrária no Brasil, sediadas através de incentivos à produção sustentável, comprova-se uma transformação viável, com vistas às instruções propícias a realização de práticas naturais adotadas nos produtos oriundos do sistema de comercialização agrícola.

Segundo Martins et. al. (2012, p.7), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), objetiva a agricultura orgânica ou ecológica a partir da:

I) a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do

consumidor, do agricultor e do meio ambiente; II) a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo; III) a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar; IV) o fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos; e, V) o incentivo à regionalização da produção dos produtos orgânicos para os mercados locais.

Inferese, ainda nesse contexto, que a prática de comercialização agrícola, agricultura orgânica ou ecológica, possibilita meios que promovem verdadeiramente a sustentabilidade, como atestado nos pontos elencados pelo MAPA, que tem como meta dar condições precisas aos pequenos produtores rurais que adotam a agricultura familiar como forma de subsistência, uma vez que estes transformam o cultivo da terra, fazendo desta atividade sua principal fonte de renda, integrando sua produção a nova consciência de uma sociedade sustentável (MARTINS, 2012).

Foto 17. Reuniões do Assentamento Acauã



FONTE: Pesquisadora Andressa Sarmiento.

Sucessiva a execução do trabalho base, formações e capacitações para o uso correto do solo e seus insumos, além de defensivos naturais, o sistema agroecológico conduz a um novo paradigma da agricultura familiar, com o uso racional dos recursos disponíveis na natureza, especialmente a água, favorecendo, positivamente, o meio ambiente.

4.2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E AS AÇÕES DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

No fim da década de 1970, e início da década de 1980, as experiências político-sociais e na esfera cultural, no sertão paraibano, tiveram importantes marcas. Nesse período, foi concebida a criação de vários movimentos sociais, especialmente no campo, em todo o território nacional, abarcando muitas e divergentes temáticas e uma série de problemas. Tais movimentos anunciavam a repulsa de sujeitos envolvidos que tiveram suas vozes cessadas nas décadas antecessoras.

O marco da década de 1980, se alicerçou na questão agrária brasileira, caracterizada pela realização do Primeiro Encontro Nacional da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), no ano de 1982, em Goiás, Centro-oeste do Brasil. Desde então, o movimento organizado pelo modelo democrático ao acesso à terra dissipou-se pelo país. Na Paraíba, o movimento surgiu com o apoio das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base e, posteriormente, da CPT, que foi fundamental para a consolidação e ampliação dessa luta (GOHN, 1995, SILVA, 1997).

Em face de ocupação de terras com os conflitos nas Usinas de Alagamare Camucin, começo dos anos 80, há uma intensa eclosão e ampliação da luta pela Reforma Agrária no estado da Paraíba, com o apoio da Igreja Católica e demais lideranças das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral Rural e sucessivamente, até o presente estágio, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nessa conjuntura, Ribeiro (2005), discorre que o Bispo D. José Maria Pires, Arcebispo emérito da Paraíba, o qual exerceu o papel fundamental na solidificação dessa luta, como também, D. Marcelo Carvalheira, na cidade de Guarabira, D. Luiz Gonzaga Fernandes, em Campina Grande, ambos arcebispos católico pernambucanos, arcebispos eméritos, da Paraíba respectivamente orientados pela Teologia da Libertação, com o direcionamento de D. Helder Câmara, bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro, no estado de Pernambuco (SILVA, 1997).

A luta no Sertão paraibano começou com grupos provenientes da Igreja católica. Dada a concepção, nesse período, compassadamente e, gradativa do processo de capacitação das famílias por meio dos ensinamentos bíblicos, fazendo com que a luta ganhasse força, uma vez que se fazia com as famílias um paralelo, mediante as histórias dos povos bíblicos, e a partir desse acontecimento eram realizados os debates acerca da luta pela terra. Na

Diocese de Cajazeiras, a princípio, as atividades contaram com o apoio do Pe. Domingos Cleides Claudino, da Paróquia de Uiraúna (SILVA,1997).

O grupo formado pelas CEBs inicia sua jornada no meio campesino a pedido dos trabalhadores rurais de municípios do sertão paraibano (Triunfo, Jericó, Bonito de Santa Fé e Riacho dos Cavalos). Esses trabalhadores solicitavam apoio para a demarcação das terras das bacias de açudes públicos localizados nesses municípios, já que no final da década de 1980, houve um movimento pela medição de terras em áreas de açudes públicos, *griladas* pelos antigos proprietários. Essa ocorrência determinou o início do movimento pela Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano (SILVA, 1997).

Assim como descreveu, na época, o jornal Aconteceu (1991), o qual ressalta a estada dos camponeses, ou seja, os Trabalhadores rurais sem terra da Paraíba, início de julho, nos açudes públicos de Riacho dos Cavalos, Carneiro (ambos no município de Jericó) e Pilões (município de Triunfo), marcando a luta pela posse da terra nesse cenário:

[...] Os trabalhadores reivindicam ao governo do Estado a regularização de sua situação e a adoção de medidas efetivas para solucionar os problemas relacionados à “seca”. [...] os proprietários continuam com o monopólio da terra apesar do Governo indenizar toda a área. Por conta disso, vários conflitos de terra têm surgido, principalmente no sertão paraibano (JORNAL ACONTECEU, 1991, p.6).

Os camponeses ocuparam terras públicas nessas áreas que eram griladas pelos seus ex-proprietários, os quais detinham usufruto usufruindo destas terras, perante a exploração dos camponeses, com a cobrança indevida de renda, conforme Nascimento (2010).

Socorro Gouveia, que participou deste início de luta pela terra, nos relata sobre os embates ocorridos em busca da conquista, através da CPT:

A luta no Sertão teve início com os grupos de Igreja. A primeira luta de todas foi em Riacho dos Cavalos, na época só tinha as CEBs, com Frei Dimas e ele era fissurado pelas CEBs. Zequinha já estava lá, e lá houve as primeiras lutas com aquelas terras lá, perto dos açudes, onde as famílias foram expulsas na década de 1930 e naturalmente foram voltando. Na volta estabeleceu-se o conflito. Várias formas de expulsão, e na década de 1980, 84-85 por aí, houve essa primeira luta em Riacho com a volta das famílias que não reagiram no momento da expulsão. Foram várias formas de expulsão e na época só havia as CEBs. No ano de 1986, a luta de Três Irmãos, que foi uma luta pequena, movimento dos agricultores de lá, junto

com o Prefeito Abel (Abel Dantas), que tinha o domínio das terras de lá (Informação verbal³).

No cenário sertanejo, os impasses pela permanência da terra foram diversos, principalmente na desapropriação de terras, para a construção de açudes e barragens, já que a região semiárida sofre com a escassez de água, por passar por longos períodos de seca. Assim, a ocupação das terras se dá por causa da ociosidade das terras em decorrência da construção desses reservatórios hídricos.

Em meados da década de 1960 se instala na região a EMEPA – Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária, para a realização de pesquisas relacionadas a criação de gado e a plantação de capim, contudo as terras ainda estavam sendo utilizadas pela antiga família proprietária.

No decorrer da década de 1970, a EMEPA tenta cessar o uso da terra pelas 60 famílias que trabalhavam nesse ambiente, impedindo a criação, mesmo que reduzida, de animais, e ainda a plantação, finalizando as ações hostis com a expulsão dos camponeses de suas moradias. Estas famílias desalojadas, em conjunto com outras famílias de camponeses, passaram a se organizar, a partir de 1985, coletivamente com o apoio das CEBs, ocupando 300 ha, com vistas na obtenção das terras em torno do açude, que ora eram improdutivas, a manutenção das suas famílias.

Acerca dessa questão, Socorro Gouveia elucida:

Os camponeses se organizaram e disseram que iam deixar ele botar o gado naquele tempo. Foi uma luta pequena, mas significativa, onde começaram a falar diferente. Porque deixavam ele dizer o tempo e a hora de botar o gado no roçado. E aí Pe. Cleides estava na coordenação diocesana e eu estava na CEBs – Comunidades Eclesiais de Base e na coordenação diocesana acompanhando a de Três Irmãos, em torno de uns 25 agricultores e que foi uma coisa assim difícil e nova porque eu não havia participado de nenhuma luta, mas que se percebia que os agricultores tinham coragem de dizer não, e já estavam começando a enfrentar (Informação verbal⁴).

A partir dessa repercussão, houve uma oposição do Bispo Dom Zacarias Rolim de Moura, da Diocese de Cajazeiras, contrário as ideias do Pe. Cleides e das irmãs voltadas ao trabalho da CEBs. Contudo, apesar da luta eu surgiu, inicialmente com o acompanhamento da Igreja, a princípio com o apoio de dois padres (Pe. Cleides e Frei Dimas) e posteriormente

³Relato de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, em 18 de junho de 2017.

⁴Relato de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, em 18 de junho de 2017.

como Pe. Raimundo, da Igreja Nossa Senhora de Fátima, não havia outros auxílios dentro da Igreja. Como mostra a entrevistada:

Houve uma intensa revolta do Bispo contra o Pe. Cleides e contra as irmãs. E o Bispo proibiu o Padre e as irmãs de andar em Três Irmãos, e aí eu e Mundinho da Ramada também éramos das CEBs e ele deu uma ajuda lá, e ficavam indo eu e Mundinho lá, pra evitar um conflito interno com Pe. Cleides. Então na época tinha só Pe. Cleides e Frei Dimas na região de Catolé do Rocha (Informação verbal⁵).

O grupo das CEBs ainda assiste e desenvolve parcerias para a luta dos camponeses nessa região, porém, em meados da década de 1980 foi fundada a Pastoral Rural, concebida a partir do encontro entre esse grupo que já lutava nessa região como CEBs, com a Pastoral Rural de Pernambuco no encontro de Pastorais Rurais do Regional Nordeste, em Caruaru.

Nesse âmbito, salienta-se que nessa época, o Movimento dos Sem Terra se alicerçava no país, evidenciando a cada dia, mediante vários encontros regionais no início da década de 1980, como: o Encontro Nacional dos Sem-Terra dos Estados do Sul em 1983, Congresso dos Sem-Terra do Estado de Santa Catarina em 1984, o Congresso dos Sem-Terra do Estado do Paraná em 1985 e finalmente O Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em 1985 (GOHN, 1995; SILVA, 1997; OLIVEIRA, 2013).

Mesmo com os avanços, as experiências vivenciadas eram muito tensas para os movimentos sociais, pois neste período, na cidade de Imperatriz, no Maranhão, acontece o assassinato de Pe. Josimo Morais Tavares, mandado por fazendeiros do Estado do Tocantins, por ele estar à frente da defesa dos trabalhadores rurais. Na Paraíba, mais especificamente em Guarabira, o missionário Luís Pescarmona também foi jurado de morte (OLIVEIRA, 2013).

A implantação da Pastoral Rural na Paraíba se deu com a ajuda do Pe. Domingos Cleide Claudino e o grupo das CEBs que já introduzidas em Pilões, onde solicitaram apoio ao Pe. Hermínio Canova, já que este era o coordenador geral da Pastoral Rural do Regional Nordeste 2. Nas palavras de Socorro Gouveia:

Em 1986, no segundo semestre, que se funda a Pastoral Rural, naquele momento em que mataram Pe. Josimo (Pe. Josimo Morais Tavares). Eu fui para um Encontro em Caruaru, convidada pelo pessoal de Pernambuco que conheciam o trabalho da gente na CEBs, aí eu fui e lá me apaixonei pela luta pela terra. O único momento que eu tinha participado era lá em Três Irmãos e quando eu voltei eu procurei o Pe. Cleides pra fundar a Pastoral Rural.

⁵Relato de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, em 18 de junho de 2017.

Então nós pegamos todo o pessoal que era de CEBs, Zé Lisboa de Triunfo, Mundinho da Ramada, na época Ramada pertencia a Sousa, Zequinha de Riacho dos Cavalos, Seu Zé de Abdias de Santa Cruz, Seu Valdecir Santiago de Cachoeira dos Índios, e eu como CEBs, como coordenação diocesana e a gente convida o pessoal do Nordeste II e eles mandam Frei Anastácio, onde conhecemos ele nesse período de criação da Pastoral Rural na diocese (Informação verbal⁶).

Ainda no mesmo ano, esse grupo, já como Pastoral Rural, começa um trabalho com as famílias camponesas em Bonito de Santa Fé. Em 1988, o conflito se estabelece nessa região. As terras do entorno do açude Bartolomeu I, que ficavam na propriedade chamada Maniçoba, foram compradas pelo Estado em 1986. No local havia 25 famílias que viviam e trabalhavam no local desde a década de 1960, tirando o seu sustento.

No entanto, o ex-proprietário, continuava usufruindo a terra, pois não havia fiscalização por parte do Governo Estadual, e o grileiro continuava a cobrar também a renda pelo uso da terra aos camponeses, pedindo, por fim, a expulsão dessas famílias, sendo atendido pelo juiz da comarca, que concede a manutenção de posse a esse grileiro, mesmo sabendo que as terras estavam de posse do Estado.

Com esta manutenção de posse, capangas a mando do fazendeiro atacaram os camponeses, até que estes foram expulsos pela própria polícia, indo parar na Câmara dos Vereadores, que não os aceitaram ali, os levando a ir à prefeitura da cidade, onde novamente foram expulsos, indo por fim dormir na calçada da Igreja.

O que dificultava o trabalho da Pastoral Rural era a questão do apadrinhamento que era comum na região, e a recusa do Bispo Dom Zacarias Rolim de Moura em apoiar a luta após tomar conhecimento de que o pessoal da sua diocese estava participando dos embates através da realização de um ato público.

Socorro Gouveia, revelou a posição do bispo e a conjuntura dos conflitos no final desfecho da década de 1980:

Em 1988 surgiu a luta de Bonito de Santa Fé e a gente já foi pra lá como Pastoral Rural. Foi quando o Bispo proibiu, porque a luta lá se tornou muito pública, houve vários despejos, a gente foi despejado da terra, o pessoal foi despejado da igreja, da câmara de vereador, da prefeitura, por todo lugar que ia era despejado. Então se tornou muito público, um ato público e foi pessoal da universidade, do PT de Uiraúna, de Sousa e Cajazeiras que nessa época já tem esses blocos por fora apoiando, SINFUNC - Sindicato dos Funcionários de Cajazeiras, SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba, como sabido, havia

⁶Relato de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, em 18 de junho de 2017.

esses sindicatos que apoiava o PT de Uiraúna, de Sousa e Cajazeiras. O Bispo ficou ciente do ocorrido, afirmando não aceitar a luta pela terra em sua diocese (Informação verbal⁷).

Foi a partir da posição aferida pelo bispo, que o grupo cessou seus laços com a diocese de Cajazeiras, ocorrendo em 1988, a criação da CPT-Sertão-PB, em substituição da Pastoral Rural. Ressalta-se, nesse contexto, a concepção CPT-Sertão como um modo de demarcar a abrangência da entidade na região, isto é, o sertão da Paraíba.

A disposição da CPT-Sertão-PB desenvolveu-se em duplo sentido: primeiro, pelo simples apoio ofertado pela Diocese de Cajazeiras e, em segundo, pelo incentivo obtido pela Diocese de Patos para as atividades da instituição. Nessa perspectiva, quanta a concepção da CPT, Socorro Gouveia explica:

Foi feito o rompimento com a diocese, então a pastoral deixou de existir e passou a formar a CPT. Então a CPT teve seu advento a partir desse problema e o problema é que tinha que ter um bispo para assinar e a gente foi solicitar apoio em Patos com Dom Gerardo Ponte, por isso que não podia ser a CPT de Cajazeiras e sim CPT Sertão. A CPT faz parte da linha 6 da CNBB, e por isso teria que ter obrigatoriamente um bispo que respondesse por aquela equipe, Dom Gerardo se acertou com a gente e por isso ficou a CPT Sertão. (Informação verbal⁸).

Pe. Domingos Cleides, citado por Oliveira (2013), destaca outro fator preponderante para que fosse despertar o desejo de se criar a CPT no Sertão da Paraíba era a permuta de ideias decorrentes dos encontros regionais, disponibilizando aos grupos a tomada de decisão consciente dos movimentos de luta ocorridos dentro da própria igreja.

A CPT no Sertão foi concebida mediante todas as dificuldades atreladas no caminho do homem que luta por um pedaço de chão. Os de Uiraúna se juntando também com os daqui da Diocese de Cajazeiras, porque era a sede da Diocese, onde, a CPT-Sertão-PB nasceu. Ela surge também do intercâmbio e da participação nos encontros a nível mais do regional. [...] Dom Zacarias dizia que a Igreja da Paraíba era dividida pela Serra da Borborema, as duas dioceses no Sertão, onde havia Dom Expedito e Dom Zacarias, com uma mentalidade fechada na linha tradicional e a da Borborema pra cima, como a de Guarabira com Dom Marcelo, de Campina Grande com Dom Luiz Gonzaga e João Pessoa com Dom José Maria Pires, com uma teologia e uma eclesiologia para a base, com o povo e para o povo. Então aí, eles começaram a tomar conhecimento do que era uma CPT que é da CNBB, e encontros e movimentos e estudos, e eles foram criando por

⁷Relato de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, em 18 de junho de 2017.

⁸Relato de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, em 18 de junho de 2017.

iniciativa própria o desejo de trazer lá do litoral a CPT para o Sertão e aí foram iniciando a organização inerente e a luta que eles travaram para chegar até os dias atuais (Informação verbal⁹).

Com a criação da CPT, foi estabelecida a primazia da CPT-Sertão-PB, que era realizar o trabalho com a agricultura familiar, fortalecendo a convivência com o semiárido buscando evitar o êxodo rural que predominava na região.

O trabalho se deu com a assistência aos pequenos produtores rurais por meio de debates acerca da preservação das espécies nativas da fauna e flora locais, o uso adequado da água, às sementes e o respeito aos animais. Nesse viés, o infortúnio para o desenvolvimento do trabalho se restringia a condição do não acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais, como discorre Antônio do Nascimento Sobrinho (Antônio da Viúva), ex-presidente da associação de Três Irmãos e assentado em Acauã:

O movimento teve seu marco a partir da grande necessidade dos trabalhadores se organizarem nos anos 1980, 1990, porque havia uma necessidade maciça de produzir né? E aí foi despertado na cabeça dos trabalhadores que precisava ocupar a terra, ocupar o espaço pra poder produzir (Informação verbal¹⁰).

A luta pela terra, segundo Silva (1997), ocorrida no Alto Sertão da Paraíba entre os anos de 1989 e 1991, no entorno dos açudes públicos, assinala também a luta pela água, a qual envolveu cento e quarenta e oito famílias e foi acompanhada pela CPT-Sertão- PB, em quatro áreas de conflitos, que se tornaram assentamentos do Estado após os embates, como é o caso de Bartolomeu, em Bonito de Santa Fé; Mutirão, em Riacho dos Cavalos; Recanto, em Jericó e Três Irmãos em Triunfo, sob a responsabilidade do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA). As propriedades ocupadas, até então, eram de posse do governo do estado, desencadeando nos trabalhadores das comunidades sertanejas o desejo de adentrar novos assentamentos.

Em 1995, os camponeses tiveram conhecimento da notícia divulgada no Jornal O NORTE de João Pessoa, de que o INCRA havia divulgado uma lista de áreas passíveis de desapropriação no Sertão paraibano, entre as quais estava a Fazenda Acauã, patrimônio da família Gadelha, forte grupo político do município de Sousa. Diante deste fato, os

⁹ Relato de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, em 18 de junho de 2017.

¹⁰ Depoimento de Antônio da Viúva, assentado em Acauã, entrevistado em 18 de junho de 2017.

camponeses planejaram suas ações, através de encontros ocorridos semanalmente, solicitando o apoio da CPT Sertão.

Frente a ocupação inicial da Fazenda Acauã, ocorrida no dia 02 de dezembro de 1995, já havia anteriormente, uma articulação de duzentas famílias dos municípios circunvizinhos: Triunfo, Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Marizópolis, Riacho dos Cavalos, Sousa e Catolé do Rocha. Mas, com a prisão de Frei Anastácio em João Pessoa, às vésperas da ocupação, inquietou o movimento comunitário, reduzindo o número de famílias, a realizar a ocupação, para apenas vinte e cinco.

A ação de invasão do território de Acauã obteve um grande sucesso, o que acarretou no aumento considerável do apoio de novas famílias advindas de locais variados ao acampamento. A quantidade de famílias que procuravam ocupar o local, se elevou gradativamente, após a divulgação feita pelas imprensas de Sousa e Cajazeiras da apoderação deste ambiente.

No dia 14 de outubro de 1996, após seis despejos, os camponeses receberam e emissão de posse, tendo sido assentadas segundo dados do INCRA, 114 famílias, em uma área de 2.751,93 ha. Acauã passou a ser um exemplo para a realização da reforma agrária em terras particulares no Sertão paraibano. Ressalta-se ser assentamento modelo, onde são desenvolvidas várias experiências de convívio com a seca com o apoio da ASA (Articulação do Semiárido) e da CPT.

A sede do Assentamento Acauã tem uma distância de 7 km da cidade de Aparecida, sendo servida por estradas vicinais, em bom estado nos períodos de estiagens. Em épocas chuvosas, os assentados ficam ilhados, em decorrência do transbordamento do rio que deixa submersa a ponte e parte das estradas que dão acesso ao assentamento.

As casas no assentamento se encontram dispostas em agrovila. Nela também se acham localizadas a sede da Associação com área recreativa, além de um grupo escolar e da mandala comunitária.

A entrevista com Socorro Gouveia também nos relata alguns problemas e dificuldades ocorridos nessas primeiras lutas:

A principal dificuldade que marcou a gente foi o fechamento da sociedade, a população não conseguia aceitar a reforma agrária. Com o juiz, por ser uma coisa pública, ela entra em conflito, no mínimo o que o juiz deveria executar era dizer –“esta área está em litígio”, então é do Estado. Então o proprietário entrava na justiça e eles davam a esse proprietário o poder de despejar, dava emissão de posse a uma área que é do Estado. Então era um absurdo a própria justiça não viabilizar a questão da terra aqui. Outro problema é que

as áreas já conquistadas, já estavam estabelecidas, só não documentalmente terminadas porque eles diziam que era área do Estado e não podiam ser desapropriadas novamente, então, eles assinavam em termo de comodato. Então a gente tem problemas com algumas áreas, mas, em parte foi resolvido (Informação verbal¹¹).

A atuação da CPT, nos assentamentos, especialmente, o Assentamento Acauã, assiste os trabalhadores rurais, em vários momentos desde os conflitos judiciais e prisões, foi fundamental, expondo que a entidade prestou assistência não só durante as ocupações, mas também no âmbito das denúncias e na colaboração diante dos problemas com a polícia e a justiça, fatos que ocorreram com uma certa frequência ao longo dos conflitos.

Neste trabalho desempenhado pela CPT-Sertão-PB, desenvolveram-se os Bancos de Sementes Comunitários, num total de dezoito, e os Projetos de Fundo Rotativo Solidário, como alternativa para a convivência com o semiárido. Com o crescimento deste trabalho, a CPT-Sertão-PB passou a dar mais atenção à luta pela terra, que se estendeu aos latifúndios improdutivos da região, puxada pelos agricultores dos Bancos de Sementes Comunitários, que, em sua grande parte, se encontravam impossibilitados de produzir e implantar as alternativas de convivência com o semiárido por falta de terra.

Para Petrella (2002) uma das consequências do número crescente de conflito é a fraqueza do sistema normativo evidenciando uma fragmentação das relações entre os grupos sociais e interesses constituídos. O autor acentua: “quanto mais uma sociedade permite que os interesses corporativistas de indivíduos e grupos se tornem à base de sua própria organização e o princípio que inspira seu funcionamento, tanto mais poderemos esperar que haja uma multiplicação e intensificação de conflitos” (PETRELLA, 2002, p. 64).

A Comissão de Trabalhadores, concebido em novembro de 1994, a partir da necessidade de se desenvolver o acompanhamento dos Bancos de Sementes Comunitários e os Projetos de Fundo Rotativos Solidários. A equipe criada, para apoio direto à CPT nos assentamentos, já que havia membros agricultores oriundos destes assentamentos, os quais já auxiliavam a CPT na organização dos assentamentos e da própria luta.

O acompanhamento da CPT foi de suma importância para que esses camponeses encontrassem o caminho para reivindicar seus direitos, esta entidade ajudou as comunidades camponesas na articulação com outras entidades e para pressionar o poder público, para conseguir justiça e que seus direitos fossem cumpridos e assegurados, como nos afirma Socorro Gouveia.

¹¹ Depoimento de Antônio da Viúva, assentado em Acauã, entrevistado em 18 de junho de 2017.

A luta dos camponeses em sintonia com a CPT se alastrou, ganhando robustez. A CPT Nacional continua se propagando, mediante ao apoio à luta pela terra em outras regiões com o apoio da CPT-Sertão-PB (OLIVEIRA, 2013).

A partir dessa conjuntura, novos atores (ASA-PB - Articulação do Semiárido Paraibano, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, Universidades e Institutos Federais), adentraram neste contexto, e as parcerias foram se condensando e fortalecendo na relação com outros grupos, como grupos de camponeses organizados, grupos de mulheres, quilombolas, ciganos entre outros, em luta no estado e em outras regiões brasileiras.

Além das reivindicações relacionadas à luta pela terra, o movimento entra na luta por outros direitos na perspectiva de construção da cidadania, com destaque para a convivência com o Semiárido.

Neste sentido, os caminhos percorridos pelos camponeses, na luta por direitos à cidadania, a partir da luta pela terra e pela água, ganha dimensões significativas ao se inserirem no movimento pela convivência com o Semiárido, na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) onde foram resgatando e fortalecendo a lógica camponesa que, como se sabe sofreu sérias mudanças com a expansão do capitalismo no campo, assim como em outras frentes como os movimentos em prol da educação para a convivência com o Semiárido (empreendido pela RESAB), e mais especialmente o movimento pela educação do Campo.

A educação escolar passa a ser também, a partir da década de 1990 e 2000, com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), uma das reivindicações dos jovens assentados.

O movimento com outros grupos fora da região do Alto Sertão e mesmo fora do Estado, com visitas de permutas, propiciaram a troca de experiências entre estes camponeses e outros grupos, sendo possível adquirir um aprendizado na revalorização dos conhecimentos produzidos historicamente no processo de produção da existência humana. A agricultura familiar camponesa introduz uma temática que eleva a auto estima desses sujeitos que se colocam a partir desse lugar social como seres históricos.

Para Martins et al. (2012) o interesse na agricultura familiar é crescente a partir dos anos de 90. Este interesse foi materializado na formação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A criação do PRONAF visou o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (LIMA; RODRIGUES, 2005).

Conforme Moreira e Rodrigues (2005), o desenvolvimento rural concebido como sinônimo de modernização teve também sérias implicações na questão da sustentabilidade, econômica, social, ambiental, e principalmente dentro da agricultura familiar.

Neto et al. (2010), assevera que à agricultura familiar é assistida por setores que marcam um investimento político e acadêmico promissor, com proteções que visam transformar a “pequena produção” em “agricultura familiar”, afirmando, com isto, o seu lugar como componente dinâmico da modernização do sistema agroalimentar.

Dessa forma, uma agricultura sustentável tem uma relação harmoniosa entre as sociedades rurais e possibilita a prática da economia solidária, reforma agrária, políticas públicas para o campo com educação popular e ambiental, propiciando a conscientização ecológica dessa comunidade através da aprendizagem, com vista no desenvolvimento sustentável e na conservação de valores éticos, políticos e culturais, ações essas menos degradantes para a sociedade atual, bem como para as gerações futuras.

4.3 LIMITES E DESAFIOS A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO ACAUÃ

A partir da implantação de projetos no assentamento Acauã, as famílias conquistaram uma nova forma de vida no semiárido, transformando hábitos alimentares, cultivando um bom número de plantas próximo a suas residências, entre plantas medicinais, que constitui um importante meio para o homem do campo na prevenção de doenças.

A produção e comercialização dos produtos agroecológicos obtidos nesse cenário não se resume apenas ao cultivo de uma agricultura de base orgânica, mas sim a adoção de diversas práticas ecológicas.

A preservação de plantas nativas, a irrigação por micro aspersão, a erradicação de queimadas entre muitas outras práticas que auxiliam na proteção da natureza, por meio desse sistema holístico de produção.

O relatório destinado ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), disposto por Neto et al., (2010): “a agricultura orgânica é entendida como um conjunto de processos de

produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. “A atividade microbiana presente nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilita o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados.

Notoriamente, a existência de uma abundante fauna de micro-organismos reduz os desequilíbrios resultantes da ação humana na natureza e a alimentação adequada e ambiente saudável resulta em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças (BNDES, 2002, p. 5).

Para Companhia e Valarini (2001), a crescente demanda por uma agricultura orgânica tem sido ressaltada como uma das principais alternativas de renda para os pequenos produtores rurais, visando obter alimentos mais saudáveis, que assegura uma vivência com saúde e longevidade.

A comercialização dos produtos agroecológicos como: alface, cebolinha, limão, pimentão banana, goiaba, mamão, feijão, gergelim, milho, cenoura, beterraba, couve flor, jerimum, pepino, melão, batata doce, coentro e cenoura, frutas, entre outros, nas feiras agroecológicas desde o ano 2004, na comunidade, realizada as sexta, sábado e domingo, respectivamente, nas cidades de Aparecida, Cajazeiras, Sousa e demais cidades do sertão paraibano, favorece a vida financeira dos agricultores e eleva sua qualidade de vida.

Os produtos advindos do assentamento Acauã (Aparecida) somam-se aos de outros assentamentos como o São Bartolomeu (Bonito de Santa Fé) e Santo Antônio (Cajazeiras). Nos assentamentos Santo Antônio e Acauã possuem as mesmas técnicas de irrigação de Mandalas.

As feiras resultaram de uma parceria dos produtores com as associações locais. A comercialização dos produtos é feita pelos próprios agricultores, o que beneficia, desse modo, um fomento maior no tocante ao ganho oriundo das vendas realizadas dos produtos.

As famílias começam um novo ciclo após a implantação de vegetais orgânicos saudáveis e produtos de origem animal produzidos nas terras do Assentamento Acauã, sob os projetos instaurados como as Mandalas comunitárias, promovendo uma melhoria na qualidade dos produtos levados a sua mesa. Neste processo produtivo, primeiramente são utilizados os alimentos para serem consumidos pela própria família, visando assim à melhoria da qualidade nutricional das refeições. Os produtos excedentes são comercializados na feira livre do município de Aparecida, o que assegura a geração de uma fonte de renda para os produtores e garantindo a inclusão social e econômica da comunidade fornecedora.

Para tanto, “os sistemas de produção orgânica constituem uma boa oportunidade aos pequenos agricultores, pois mesmo apresentando menor produtividade que os sistemas convencionais, mostram um desempenho econômico sempre melhor, traduzido por menores custos efetivos, maiores relações custo-benefício e maiores rendas efetivas” (CARMO; MAGALHÃES, 1999, p. 90).

A desigualdade socioeconômica e a falta de sustentabilidade no campo remetem a soluções emergenciais para colocar a qualidade, a segurança alimentar e a saúde pública acima de vantagens empresariais e conciliar, assim, a qualidade de vida e a agricultura de forma ecologicamente sustentável (NETO, et al., 2010).

Os produtores que foram contemplados com o sistema agroecológico, no primeiro ano, ficaram animados com a produção obtida nas unidades produtivas e com a melhoria da qualidade de vida. Mapa (1999, p. 1) apud Neto et al., (2010) assinala:

[...] todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados (transgênicos), ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos; privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação.

Um acontecimento relevante para o melhoramento da produção, disponibilizado ao assentamento, foi à seleção das sementes para o plantio. Uma vez oportunizadas aos agricultores o armazenamento destas sementes, demarcando um processo simples, pois eles selecionam as sementes graúdas, saudáveis e sequinhas no campo ou no terreiro para um melhor cultivo.

Os bancos de semente ficaram conhecidos por sua variedade de sementes, neste cada sócio pega semente selecionada e devolve 20% a mais da semente que pegou. Esse banco surgiu por volta do ano 1989, considerando este, um importante aliado para a produção da agricultura familiar no sertão paraibano. Hoje, encontra-se bastante consolidado, funcionando a partir da prática dos agricultores, os quais pegam a semente, plantam e após a colheita retiram uma boa parte para devolver ao banco, totalizando cerca de 20% a mais do que lhes foram fornecidas (NASCIMENTO, 2011).

Os assentados compreendem que se assim procede, tem-se um ano bom, cujo banco de semente cresce, se opondo ao ano com baixos índices de chuvas, o que banco reduz a quantidade de armazenagem. Contudo, existem estratégias viáveis para evitar a perda do banco de sementes em cada ano. Assim, apenas será destinada ao plantio uma parte das sementes estocadas permanecendo a outra parte reservada para o outro ano subsequente, caso haja perda da produção delimitada pela escassez pluviométrica.

Essa prática garante a subsistência em termos de escassez quando ocorrem períodos de longas estiagens, assim favorecendo a vida do camponês que depende da agricultura para a sua sobrevivência e para o sustento de sua família.

Como limites e desafios elencados nesse âmbito, observam-se na Comunidade do Assentamento Acauã, como se pode atestar, a água continua sendo um dos grandes problemas principalmente nas regiões semiáridas, dificultando o desenvolvimento de diversos projetos relacionado à agricultura.

Outro aspecto que deve ser apresentado, é que apesar de haver políticas públicas voltadas para assistência do homem do campo, ainda falta uma acessibilidade por parte dos agricultores, o que dificulta o desenvolvimento dos projetos de grande importância para o meio rural, principalmente das regiões mais afastadas dos grandes polos do agronegócio.

Por fim, as discussões realizadas nessa pesquisa remetem a vivência e os desafios que os assentados enfrentaram após o processo de produção entre elas estavam: a logística, a comercialização dos produtos no mercado. A necessidade em termos financeiros foi e ainda é muito grande, pois há falta de recursos para transporte, e para implementação da infraestrutura agrária nesta comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar, em meio a muitas indagações, pela complexidade no estudo dos assentamentos rurais, onde agricultores e todo o seu grupo familiar, vem cada vez mais criando mecanismos alternativos para comercializar seus produtos de cultivo rural. E esses mecanismos diversificados e, muitas vezes, tidos como instintivo a necessidade.

A organização em grupos de maneira a se articular para comercializar seus produtos nessa cadeia produtiva buscando um diferencial em seus alimentos, que seria aceito pela maioria dos consumidores, e o meio agroecológico que vai além da simples forma de plantar, pois norteia todo um critério ético para esses agricultores em seu processo produtivo, visto que é a “palavra” dele que afirma o não uso desses venenos e o consumidor mesmo em condições de dúvidas ao adquirir esses produtos visam uma qualidade além do simples fato de ser benéficos a saúde.

Para se trazer uma pesquisa sobre este complexo assunto de comercialização agroecológica, e as formas de campesinato do país, é preciso ter uma perspectiva com várias dimensões, para que alcance o desenvolvimento sustentável e as condições para o acontecimento desse desenvolvimento, visto que um é ligado ao outro. Essa pesquisa visou apresentar desde a origem dessa forma camponesa, até os setores que ela atinge, como é o exemplo do setor econômico, tanto para o produtor camponês como para a sociedade num todo. Esse estudo foi realizado e aplicado com seu lócus de pesquisa na região Nordeste do Brasil, especificamente na cidade de Aparecida, no interior da Paraíba, onde a incidência climática e fatores que norteiam todo o processo produtivo tem o seu fator de importância e necessidade. Através de feiras realizadas os produtores dessa região em um Assentamento chamado Acauã produzem alimentos orgânicos com as condições de sustentabilidade que a região possibilita ter.

Esses agricultores, mesmo em meio as dificuldades apresentadas neste trabalho, têm seu papel social de conscientização ao consumo de alimentos saudáveis, e como renda complementar se utiliza das feiras para seu próprio sustento. Recebem treinamentos constantes por órgãos que veem nessa forma de plantio, algo necessário para uma sustentabilidade global e salutar na visão de consumo.

As feiras realizadas em Aparecida têm um impacto econômico benéfico a região e seus órgãos participativos que também foram estudados nesse trabalho tem se beneficiado desse meio produtivo, para suas realizações de pesquisa, bem como seu papel social. Esta

pesquisadora que aqui discorre, nesse tema tão complexo, viu em seu objeto de estudo, meios produtivos que tem uma tendência a ser cada vez mais frequentes e necessários para planeta em seu todo. As condições quantitativas e qualitativa da pesquisa mostrou-se mais que favorável em vários sentidos esse tipo de produção/comercialização.

Cabe aqui ao leitor desse estudo interpretar de forma concisa sobre a pesquisa realizada e todos os seus embates. Porém, na opinião inerente desse pesquisador, há a defesa da continuidade desse processo produtivo, não só na região aqui mencionada mais em todas as regiões existentes no planeta, visto que mesmo com dificuldades, sejam elas climáticas, comercial, institucional, são superadas sempre quando se tem o objetivo traçado. Para isto acontecer na prática, as entidades e órgãos competentes, no país, precisam ter o seu papel efetivo de capacitação, apoio e estudos dessas condições de produção/comercialização.

É de extrema relevância expandir a pesquisa sobre a produção agroecológica a nível municipal, regional, nacional e até mesmo mundial. É a forma mais palpável de expansão de conhecimento do que se está produzindo/comercializando. Para que não somente a cidade aqui estudada tenha de seus benefícios agroecológicos como único beneficiário e, seja alcançada metas mais ambiciosas com essa forma de plantio. Esta forma de plantio/comercialização tem um papel crucial para os camponeses aqui mencionados, não pelo simples fator econômico, mas também para preservar suas raízes socioculturais, que resultarão em benfeitorias para a saúde num todo e o meio ambiente no geral.

A satisfação mediante a todo conhecimento aqui adquirido é exposta na concretização desse estudo, e espera-se que essa contribuição tenha também seu papel e as benfeitorias aqui dispostas, que estas não se fixem e nem se limitem apenas ao setor aqui apontado, mas se expanda ao máximo de horizontes que puder alcançar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALMEIDA, Rosmeire A. de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BARTH, F. (1969). **Ethnic groups and boundaries**. Boston Little, Brown and co.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: *BNDES, 2002*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br> Acesso em 19 mai. 2017.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001. Disponível em: www.abcmac.org.br/files/simposio/3simp_sebraeparaiba.pdf. Acesso em: 12 maios 2017.

CARMO, M. S. do; MAGALHÃES, M. M. **Agricultura sustentável: avaliação da eficiência técnica e econômica de atividades agropecuárias selecionadas no sistema não convencional de produção**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 29, n. 7, p. 7-98, 1999.

CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Curitiba, 2004

CARVALHO, Horacio Martins de. **Desafios para a agroecologia como portadora de uma nova matriz tecnológica para o campesinato**. Texto inédito. Jul., 2007

CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CECATO, Romina Baroni; ALVES, Luciene Andrade: **Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças espaço de diálogos e práticas**. AGB, Porto Alegre 2010.

CLACSO. Disponível em <<http://www.clacso.org>> Acesso em: 10 de março de 2017.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas**. In. SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org.). Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas. Montes Claros: Best, 1997.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. Campesinato Brasileiro: origens e ressignificações de um modo de vida tradicional. Artigo científico UNIMONTES
Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Sesmaria>> Acesso em: 12 de março de 2017.
Disponível em:
<[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250077&search=paraibalapareci dalinfograficos:-informacoes-completas](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250077&search=paraibalapareci%20dalinfograficos:-informacoes-completas)> Acesso em: 12 de março de 2017.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: o resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036**. 2. versão, 1996. Disponível em:

www.ipcp.org.br/References/seAlimentando/Mandala/Mandala.pdf. Acesso em fevereiro de 2013. Acesso em: 30 abr. 2017.

FELÍCIO, M. J. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão**.sd.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, São Paulo, 2005. Anais... São Paulo: EGAL/USP, p. 4860-4874, 2005.

_____. **Brava gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. (Uma entrevista com João Pedro Stedile). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Desenvolvimento Territorial: conflitualidade e sustentabilidade**, inédito, 2005 b.

_____. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST**. São Paulo: mimeo, 1994.

_____. **MST: espacialização e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antônio M. (Ed.). *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005a.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **“Mini Aurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa”**. 4ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

FREITAS, Maria das Graças Marques de. **Sindicalismo: a problemática da unificação e especificidade na luta dos trabalhadores rurais no brejo paraibano a partir de 1980. Um estudo do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande/ Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1994. (Dissertação de Mestrado)

GOHN, M. da G.; **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GEHLEN, Ivaldo (1991). **Terres de Lutte et Luttes Pour la Terre**. Nanterre, These de Doctorat apresentada à Université Paris X.

HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas**. Rio de Janeiro, CPDA – UFRRJ/Nuap – PPGAS – UFRJ, 2001. p. 479. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/ligas-camponesas/>. Acesso em: 10 jun. 2017.

IBGE (1996). **Brasil em Números**. Rio de Janeiro: IBGE, v.4.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional**, 2010. Disponível em:

<http://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?view=noticia&id=3&idnoticia=1866&busca=1&t=primeiros-resultados-definitivos-censo-2010-populacao-brasil-190-755-799-pessoas>. Acesso em: 25 Fev. 2017.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar**. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário (2006)**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm. Acesso em: 27 Fev. 2017.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Trad. Otto E. W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LAMARCHE, Hugues. (coord) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Trad. Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Trad. Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Trad. Maria Betariz Miranda Lima. São Paulo: Debates, 1980.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Aline Barboza de. Campesinato em movimento: análise da ação do estado e das estratégias autônomas de desenvolvimento no campo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** / v. 15, n. 57, São Paulo: 2010.

LIMA, A.B.; RODRIGUES, M.F.F. **Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf-PB) e do Projeto Cooperar-PB sob a ótica dos movimentos sociais**. Relatório de pesquisa. João Pessoa: CNPq, 2005. 52 p.

MARTINS, R. K. **O Sistema Mandala de Produção de Alimentos: Uma Estratégia Para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia- MG 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1397_1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2017.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do uso do Conceito de Camponês. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa. AGB, 2002. CD-ROM.

_____. **Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade**. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. **O Poder do Atraso**. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 1994. Vol.1.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. 157 p. (Brasil, Ontem e Hoje, 6).

MAYORGA, M.I.O. **Notas de Aula da disciplina de Economia dos Recursos Naturais**. Fortaleza, UFC, 2006.

MELO, M.L.de. **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco**. Recife: SUDENE-PSU-SRE, 1988. 321p.

Mendras, H. 1976. *Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris, Armand Colin, 281p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Safra da Agricultura Familiar 2005-2006**. Brasília, SAF/MDA, 2004.

MOREIRA, A.P.C.; RODRIGUES, M.F.F. **As novas territorialidades camponesas: estratégias de resistência e produção agrícola na Paraíba**. Relatório de pesquisa. João Pessoa: CNPq, 2005.

MOREIRA, Emília de Rodat. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 10, nº10, Jan.-jun./2007, p. 72-93.

_____. **Evolução do Processo de produção do Espaço Paraibano**. João Pessoa, Cadernos do NDIHR, nº 23. 1990.

_____. **Por um pedaço de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997. 891p.

MOREIRA, Emília; TRAGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997. 332 p.

NASCIMENTO, J. M. **Os bancos de sementes comunitários na construção dos territórios de Esperança: o caso do assentamento Três Irmãos/PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, 2011.

NETO, et al. Produção Orgânica: uma Potencialidade Estratégica. **Revista Percursos - NEMO** Maringá, v. 2, n. 2, p. 73-95, 2010.

OLIVEIRA, Silva de Oliveira. **Caminhos da reforma agrária: o processo histórico da reforma agrária no alto sertão paraibano**.

OLIVEIRA, Giordan Silva de. **Caminhos da reforma agrária: o processo histórico da reforma agrária no alto sertão paraibano, da luta pela terra à luta naterra (1985-2012)**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL. João Pessoa, 2013. 136f.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, No. 15 (43), 2001.

_____. **Os mitos sobre o agronegócio no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DO MST, 12, 2004, São Miguel do Iguaçú-PR. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Acesso em: 8 de março de 2017.

PRADO JUNIOR C., 1960 A questão agrária no Brasil, Capítulo 1: contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. Pub. original, **Revista Brasiliense**, nº 28 Rangel, I. 2000. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____. A Questão Agrária no Brasil. In. **Revista Brasiliense**, no.28, 1960.

PETRELLA, Ricardo. **O manifesto da Água: argumentos para um contrato mundial**, Petrópolis: Vozes, 2002, v. 2.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA MST, LUTAS E CONQUISTAS: **Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular**. 2º ed., Janeiro. 2010.

RIMISP. Disponível em <<http://www.rimisp.org>> Acesso em: 10 mar. 2017.

SANTOS, Renato. **Os Assentados do Alto Sertão Paraibano e as Relações de Poder e Saber que Tencionam a Construção de sua Identidade “Camponesa” e seu Espaço de Convivência**. 2011. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, 2011.

SCHIOCHET, Dilei. **As origens do MST na Paraíba**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa PB-2008.

SILVA, A. P. da; **Da sombra do juazeiro à luz elétrica ou como iluminaram-se as consciências: a construção da cidadania**. Campina Grande: Mestrado em Sociologia/UFPB. 1997.

SILVA, José Avelino da. **Do território da esperança à memória da conquista territorial: Conflitos e Acesso a Terra pelo MST no Acampamento Emiliano Zapata, Município de Sousa – PB**. Monografia (Graduação) - UFCG/CFP. Cajazeiras, 2014. 68f.

SILVA, Luciana Henrique da. **O MST na Paraíba**: a história contada por seus participantes. João Pessoa, 2000. Bacharelado em Ciências Sociais - CCHLA - UFPB (Monografia de Conclusão de Curso).

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato** (Os camponeses na região de Presidente Prudente). 1990. 309 páginas. Tese (doutorado em Geografia) FFLCH/USP. São Paulo, 1990.

SIMONETTI, Miriam C. Lourenção. **A Longa Caminhada**: A (Re) Construção do Território Camponês em Promissão. São Paulo: Tese de Doutorado. 1999.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **A questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba**. João Pessoa: Ideia, 2003. 206p.

UFLACKER, H. (1884). Aurora da Serra. Cruz Alta, dezembro. **Via Campesina do Brasil**. O campesinato o século XXI possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil, Curitiba, Brasília, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Social. Rural** vol. 52 supl. 1 Brasília 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG. 1996.

WOLF, E. (1966). **Peasants**, Prentice hall, Englewood Cliffs. Sociedades camponesas Zahar editores, Rio de Janeiro (1970).

APÊNDICES

APÊNDICE A

Modelo de entrevista realizada na feira agroecológica de Aparecida – PB

- 1- O que é a feira agroecológica? Quantas pessoas participam?
- 2- Como era constituída inicialmente essa feira?
- 3- Quando ocorreu a última feira agroecológica? E o porquê essa feira foi interrompida?
- 4- Quais os alimentos que são plantados no assentamento Acauã para a comercialização? E se são utilizados agrotóxicos?
- 5- Qual a importância de se plantar alimentos agroecológicos?
- 6- Pretendem voltar com a feira agroecológica? Quando?
- 7- O que se utiliza nas plantações para combater as pragas existentes?
- 8- Para a irrigação das plantações no assentamento Acauã de onde é proveniente essa água?
- 9- Como foram adquiridos os conhecimentos sobre a terra e plantações?
- 10- Os alimentos plantados no dito assentamento são vendidos e consumidos dentro comunidade?
- 11- Quais são os alimentos menos plantados?
- 12- Por que os agricultores não recomendam a utilização de agrotóxicos?

APÊNDICE B

Modelo de questionário realizada na feira agroecológica

PESQUISADORA: ANDRESSA SARMENTO DA SILVA

ANO: 2017

1. Características socioeconômicas das famílias participantes da feira agroecológica

Nome:
1.1. Gênero da pessoa responsável pela família: () Feminino () Masculino
1.2. Idade da pessoa responsável pela família: _____
1.3. Quantas pessoas moram em sua residência? () 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a 6; () acima de 6.
1.4. Escolaridade da pessoa responsável pela família: () alfabetização; () fundamental incompleto; () fundamental completo; () médio incompleto; () médio completo; () superior incompleto; () superior completo.
1.5. Mora em casa própria: () não; () sim.

2. Características associadas à Feira Agroecológica

2.1. Quais os produtos que você vende na feira? _____
2.2. Há quanto tempo você vende seus produtos na feira? _____
2.3. Qual a renda média mensal familiar obtida antes de comercializar seus produtos na feira? _____
2.4. Qual a renda média mensal familiar obtida depois que passou a comercializar seus produtos na feira? _____
2.5. Você produzia produtos orgânicos antes de participar da feira? () não; () sim.
2.6. Caso a resposta tenha sido afirmativa, em média, qual valor você produzia por mês em produtos orgânicos antes de comercializar seus produtos na feira? _____
2.7. Em média, qual valor você produz por mês em produtos orgânicos depois que passou a comercializar seus produtos na feira? _____
2.8. Utilizou crédito ou outra forma de financiamento para comercializar seus produtos na feira? () não; () sim.
2.9. Atualmente, além da comercialização de seus produtos na feira, possui alguma outra atividade rentável? () não; () sim
2.10. Em caso afirmativo, quais essas atividades geradoras de renda? () agricultura convencional; () comércio; () prestação de serviços; () transferências governamentais; () outra, especifique: _____
2.11. Em sua concepção, como pode ser considerada a Feira Agroecológica do Sítio São Vicente? () ótima; () boa; () regular; () péssima
2.12. Quais os principais benefícios gerados pela feira? _____
2.13. Quais as principais dificuldades enfrentadas? () transporte da mercadoria; () conhecimento técnico; () apoio governamental; () falta de compradores; () outra, especifique: _____
2.14. Quais as principais sugestões para melhorar a Feira Agroecológica do Sítio São Vicente? _____

3. Características quanto ao aperfeiçoamento técnico

3.1. Você considera importante a capacitação técnica para a produção com manejo agroecológico? () sim, justifique: _____ () não, justifique: _____
3.2. Quanto ao aprimoramento de sua capacidade de gestão da produção e comercialização dos produtos, você se considera capacitado? () sim; () parcialmente; () não.
3.3. Você procura fazer cursos para aprimorar sua capacidade técnica e administrativa sobre o manejo agroecológico e autogestão? () sim, frequentemente; () sim, raramente; () não, justifique: _____

3.4. Caso a resposta da questão 3.3 tenha sido afirmativa, onde são realizados esses cursos e quem financia tais cursos? _____.
3.5. Na sua concepção, o aprimoramento técnico lhe trouxe maior produtividade e melhores ganhos financeiros? () sim; () não.
3.6. Qual o principal fator que dificulta o acesso à capacitação? () falta de recursos financeiros; () falta de disponibilidade de tempo; () dificuldade de acesso; () outro fator, especifique: _____
3.7. Recebeu assistência técnica para a produção de orgânicos? () não; () sim
3.8. Caso a resposta da questão 3.7 tenha sido afirmativa, quem fornece a assistência técnica? _____

4. Características sócio econômico gerais/específicas produtores do assentamento acauã

4.1. Você consome produtos oriundos da agricultura convencional? () sim () não
4.2. Que motivos o levou a consumir produtos agroecológico? () saúde familiar () não utilização de agrotóxicos pelos produtores () valorização do meio ambiente () saúde pessoal. () sabor () embalagem () o aspecto externo do produto
4.3. Quais são os fatores que dificultam o consumo de produtos agroecológicos? () irregularidade da oferta () má qualidade () quantidade insuficiente () preços altos () pouca variedade
4.4. A quanto tempo você consome os produtos derivados da agricultura agroecológica? () Menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 2 a 3 anos () mais de três anos.
4.5. Com qual frequência você adquire os produtos agroecológico? () semanalmente () quinzenalmente () mensalmente () anualmente
4.6. Qual a renda mensal da família? () menos 380,00 R\$ () 380,00 a 500,00 R\$ () 501,00 a 1500,00 R\$ () 1501,00 a 2500,00 R\$ () 2501,00 a 3500,00 R\$ () mais de 3500,00
4.7. Qual o gasto semanal da família? () menos de 10,00 R\$ () 11,00 a 20, 00 R\$ () 21,00 a 30, 00 R\$ () 31,00 a 40, 00 R\$ () 41,00 a 50,00 R\$ () mais de 50, 00 R\$
4.8. Qual o gasto mensal da família na compra de produtos agroecológico? () menos de 5, 00 R\$ () 5, 00 R\$ a 10,00 R\$ () 11,00 a 20, 00 R\$ () 21,00 a 30, 00 R\$ () 31,00 a 40, 00 R\$ () 41,00 a 50,00 R\$ () mais de 50, 00 R\$

4. Características gerais/específicas dos consumidores/clientes da feira agroecológica

4.9. Como você classifica o atendimento prestado pelos produtores? () excelente () muito bom () bom () razoável () ruim () péssimo
4.10. Com relação aos valores dos produtos adquiridos, você os considera: () muito alto () altos () bom () Razoáveis () baixo
4.11. Você consumiria produtos transgênicos (geneticamente modificados)? () sim () não

ANEXOS

ANEXO A

AUTO DE EMISSÃO DE POSSE



PROCURADORIA REGIONAL
DO INCRA NA PARAIBA
Rua Desportista Aurélio Rocha, 592
Conj. Pedro Gondim - CEP 58031-000
João Pessoa - Paraíba

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

24413411

Seção Judiciária:

4ª Vara

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

Aos atorze (14) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e seis, às 12 horas, na cidade de Sousa, neste Estado, eu, Oficial de Justiça Avaliador, em cumprimento ao mandado anexo, expedido nos autos da Ação de desapropriação, Processo nº 4402, que INCRA, move contra Manuel Araújo Gadelha e outros

dirigi-me à Fazenda Acauã, no município de Sousa - PB

e aí procedi à imissão do (da) INCRA na posse do mencionado imóvel rural denominado "Fazenda Acauã", localizado no município de Sousa, neste Estado, situado no L. Contorno da Fazenda de Sousa - PB, Livro 2-6, fl. 136, sob nº - R-2-1631, R-3-1631, R-4-1631, R-6-1631, R-11-1631, cadastrado no INCRA sob o nº 207.330.02 0842-2.

Do que, para constar, lavrei o presente auto que, lido e achado conforme, é assinado por mim, Oficial de Justiça Avaliador e pelo representante da imitada, Sr. Julio Cesar Ramalho Ramos

Julio Cesar Ramalho Ramos

John Ericsson Formiga Cartaxo
Procurador/INCRA-PB

Milton Neves
Oficial de Justiça Avaliador

Maria de Lourdes Ferreira

Raimundo José da Costa

Ru. ...

ANEXO B

EXTRATO DO ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO ACAUÃEXTRATO DO ESTATUTO

DENOMINAÇÃO: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO DA COMUNIDADE ACAUÃ, MUNICÍPIO DE APARECIDA-PE

FTM: Promover atividades educativas, culturais, recreativas e sociais visando o desenvolvimento de seus dependentes; reivindicar melhorias aos Poderes Públicos em benefício de seus associados; promover a melhoria das condições ambientais gerais do assentamento Acauã; editar boletins e publicações de caráter formativo e educacional; promover a integração dos moradores do assentamento Acauã; hipotecar solidariedade com outras comunidades que estão lutando por melhores dias; administrar os bens móveis e imóveis da A.A.A.A.A., visando atingir os objetivos sociais; tirar crédito com Instituição Bancária para os associados.

SEDE: Comunidade Acauã, município de Aparecida-PE

FORUM: Comarca de Sousa, Estado da Paraíba.

TEMPO DE DURAÇÃO: Indeterminado.

ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO: I - Assembléia Geral

II - Conselho Diretor

III - Conselho Fiscal

PREPARAÇÃO ATIVA E PASSIVA, JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL: Conselho Diretor.

PODERES PARA REFORMA DO ESTATUTO: Assembléia Geral.

CONDIÇÕES DE EXTINÇÃO E DESTINO DO PATRIMÔNIO: A entidade será extinta pela Assembléia Geral, especificamente convocada para este fim, e seu patrimônio doado a Entidade Assistencial que tenham os mesmos objetivos da A.A.A.A.A. decidido em Assembléia Geral.

O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral de constituição e Fundação da A.A.A.A.A., realizada aos vinte e sete dias mês de novembro do ano hum mil novecentos e noventa e seis (27/11/1996) na qual foram eleitos os primeiros membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal, cujos mandatos terminarão em, vinte e sete de novembro ano de hum mil novecentos e noventa e oito (27/11/1998).

CONSELHO DIRETOR

Conselheiro Coordenador:

Antonio do Nascimento Sobrinho
ANTONIO DO NASCIMENTO SOBRINHO

Suplente:

Aires Humberto Vieira
AIRES HUMBERTO VIEIRA

Conselheiro Secretário:

Jose Jairo Neves Neto
JOSE JAIRO NEVES NETO

Suplente:

Maria da Guia dos Santos
MÁRIA DA GUIA DOS SANTOS

Conselheiro Tesoureiro:

Alexandro Alves Coelho
ALEXANDRO ALVES COELHO

Suplente:

Jose da Silva Almeida
JOSE DA SILVA ALMEIDA

CONSELHO FISCAL

Francisco Jose da Silva
FRANCISCO JOSÉ DA SILVA

Jose Nivaldo de Sousa
JOSE NIVALDO DE SOUSA

ANSINDINO

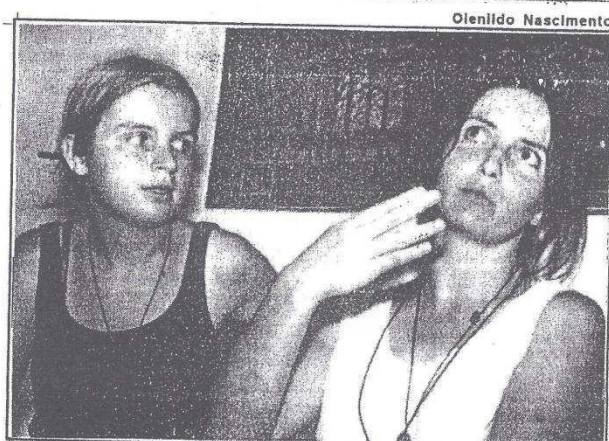
Comunidade Acauã, município de Aparecida, Estado da Paraíba 27/11/1998

ANEXO C

JORNAL A UNIÃO – PRISÕES DE ALEMÃS

A UNIÃO

João Pessoa, quarta-feira, 07 de fevereiro de 1996



As alemãs Selma Dunkel e Cristiane Seidl já foram libertadas

Polícia liberta as duas alemãs que foram presas

As alemãs Selma Dunkel e Cristiane Seidl, integrantes da Fundação Padre Behda, disseram que, agora libertas, querem apenas descansar nos próximos dias. Elas foram detidas, juntamente com trabalhadores rurais e uma representante da Comissão Pastoral da Terra. As

alemãs contaram que não houve nenhum tipo de violência por parte da Polícia. Selma viajou para Salvador, onde passará o Carnaval, e Cristiane está em Guarabira, visitando o padre do município, que é seu compatriota. **Página 7 do Caderno 1.**

Após a prisão, alemãs querem agora descansar

Após três dias de detenção em Sousa, as alemãs Selma Dunkel e Cristiane Seidl, da Fundação Padre Behda, querem apenas saber de descanso nos próximos dias. Selma viajou ontem à tarde para passar o carnaval em Salvador e Cristiane está em Guarabira, visitando o padre do município que é seu conterrâneo.

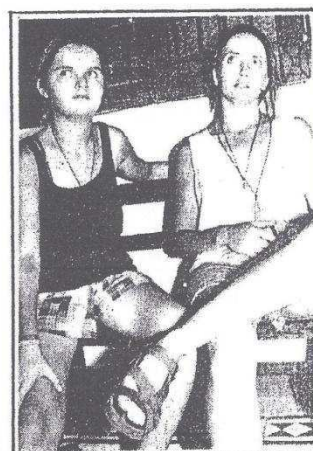
Ontem, elas disseram que a prisão foi uma experiência interessante. "Nunca havíamos enfrentado situação igual", confessaram.

As alemãs ficaram assustadas, mas contaram que não sofreram violência policial.

"Os policiais até improvisaram um banheiro. Eles passavam uma manguei-

ra para a gente tomar banho", revelou Cristiane. Para Selma, as condições delas e da outra integrante da CPT, também detida no acampamento de trabalhadores rurais, eram bem melhores em relação aos 28 agricultores e militantes da pastoral, que ficaram juntos numa mesma cela.

As alemãs disseram que não vieram ao Brasil por nenhum motivo especial. "Queríamos conhecer o país", disse Cristiane. Na Alemanha elas colaboram com a organização Padre Behda, que é mantida pela Congregação dos Franciscanos. Selma e Cristiane vão entrar na universidade este ano. Por esse motivo, retornam ao seu país até o próximo mês.



Selma e Cristiane: descanso